



**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO “JOSÉ CHEMURE”
ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

COLÔNIA MARIA LUIZA / PARANAGUÁ

2024



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

É pelo conhecimento e reconhecimento de experiências históricas, coletivas e individuais que lutamos; pela socialização de conhecimentos e construção coletiva de novas frentes em direção à transformação social. (SOUZA, 2018)

1- IDENTIFICAÇÃO	6
1.1- Localização	6
1.2- Histórico da instituição e mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço....	6
1.2.1 Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço.....	6
1.3- Relação dos profissionais da instituição	8
1.3.1- Nível de escolaridade.....	8
1.3.2- Cargos, funções e vínculo empregatício.....	8
1.4- Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar	9
1.5- Contextualização das condições físicas e materiais.....	10
1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes	10
1.6- Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar.....	11
1.6.1 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas	11
1.6.2- Critérios de distribuição de turmas anualmente	12
1.6.3 - Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma	12
1.6.4 - Projetos próprios das instituições e oferecidos pela mantenedora	12
1.6.5- Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade.....	13
1.6.6- Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes e recreio dirigido	14
1.6.7- Plano de Atendimento Emergencial	14
1.7- Calendário Escolar	14
1.8- Calendário das reuniões da APMF e Conselho Escolar.....	14
1.9- Calendário de prestação de contas	15
2- CONCEPÇÕES.....	15
2.1- Concepção de sociedade	15
2.1.1- Fundamentação Teórica	15
2.1.2 Direitos humanos.....	16
2.1.3 Políticas de inclusão.....	17
2.2 Concepção de Educação	17
2.2.1 Fundamentação teórica	18
2.2.2- Concepção de Infância e Criança (CMEIs e Escolas).....	18
2.2.3- Articulação entre as ações de cuidar e educar	20
2.2.4- Concepção de jovem, adulto e idoso (EJA).....	20
2.2.5- Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.....	21
2.2.6- Transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental	23
2.2.7- Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar)	25
2.2.8- Educação para as relações étnico-raciais	26

2.2.9- Concepção do Ensino Integral	27
2.2.10- Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes	28
2.2.11- Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (Sistema Educacional da Rede de Proteção- SERP e Conselho Tutelar)	28
2.3- CONCEPÇÃO DE GESTÃO	30
2.3.1- Fundamentação Teórica	30
2.3.2- Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores.	31
2.3.3- Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros.....	33
2.3.4- Articulação entre a instituição, a família e a comunidade	33
2.3.5- Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais	33
2.3.6- Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional.....	34
2.3.7- Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora	34
2.3.8- Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes	35
2.3.9- Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA	35
2.4- CONCEPÇÕES DE PLANEJAMENTO	36
2.4.1- Fundamentação Teórica	36
2.4.2- Plano de Ação para a Recomposição da Aprendizagem (Considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono /evasão e relação idade/ano)	36
2.4.3- Plano de Ação do Diretor.....	40
2.4.4- Plano de Ação do Pedagogo Coordenador	40
2.4.5- Plano de Ação do Pedagogo Orientador	40
2.4.6- Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa	40
2.4.7- Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional	40
2.4.9- Plano de Trabalho Docente (Estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP)	41
2.4.10- Plano de Atendimento Educacional Especializado	41
2.4.11- Plano de atendimento pedagógico domiciliar	41
2.5- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO.....	41
2.5.1- Fundamentação Teórica	41
2.5.2- Direitos e objetivos de Aprendizagem	42
2.5.4- Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do AEE e do recreio dirigido)	43
2.6- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	45
2.6.1- Fundamentação Teórica	45

2.6.2- O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/desenvolvimento	46
2.6.3- Análise de avanços e dificuldades pedagógicas.....	48
2.6.4- Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil	50
2.6.5- Avaliação institucional.....	51
2.6.6- Recuperação paralela de estudos	53
2.6.7- Avaliação externa	54
2.6.8- Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos.....	55
2.7- CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	56
2.7.1- Fundamentação Teórica	56
2.7.2- Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora	57
2.7.3- Formação continuada na instituição conforme a Instrução da Hora atividade no 01/2018 disponível no link: https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf	57
2.7.4- Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição	58
2.7.5- Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas	58
3- MATRIZ CURRICULAR.....	58
4- PROPOSTA CURRICULAR.....	59
REFERÊNCIAS	59
ANEXOS	61

1- IDENTIFICAÇÃO

1.1- Localização

A Instituição de Ensino Escola Municipal do Campo José Chemure, está localizada na Colônia Maria Luíza, na Rua Gentil Rainerte, no Município de Paranaguá, no Estado do Paraná, em região rural e litorânea. A Escola tem aproximadamente 80 anos desde a suas primeiras edificações. A atual estrutura física está situada em um terreno doado por Firmino Antonio Forigo. A instituição A comunidade apresenta-se em sua maioria com uma situação econômica de classe médio-baixa, constituída por Produtores Rurais e famílias, as quais desenvolvem a agricultura familiar. A grande maioria da população da colônia Maria Luíza é ativa e organizada em Associações como a APRUMPAR - Associação dos Produtores Rurais do Município de Paranaguá, e a ASA - Associação dos Usuários do Sistema de Abastecimento de água da Colônia Maria Luíza, ambas organizadas e ativas pela própria comunidade.

1.2- Histórico da instituição e mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço.

A primeira escola construída na comunidade, de acordo com relatos do moradores mais velhos da região, deu-se por volta de 1930, quando moradores da região se movimentaram para arrecadação do dinheiro utilizado na construção da escola e da igreja. O terreno onde a escola foi construída foi cedido pelo Senhor Firmino Antônio Forigo, o qual era proprietário de uma grande área de terras.

Foi construída uma modesta escola de madeira, a qual continha: uma sala de aula, uma dispensa, uma cozinha, dois quartos e uma sala. O banheiro com dois sanitários ficava nos fundos da escola.

A escola também servia de residência para a servente e a professora que vinham da cidade para aqui trabalhar.

Em 1982, a escola foi devidamente registrada e autorizada pela resolução nº 3678/82 a funcionar, ainda nomeada como “Escola Rural Maria Luíza “.

1.2.1 Mudanças na estrutura física e/ou mudança de endereço

Em 29 de julho de 1987, a escola ganhou uma nova estrutura em alvenaria, com água encanada, dois banheiros com quatro sanitários, uma cozinha e uma sala de aula,

onde recebeu um novo nome: Escola Rural Municipal “José Chemure”, segundo a resolução 4189/03.

Em 2003, a escola recebeu a ampliação, uma nova cozinha, uma área coberta servindo de refeitório e uma sala para um possível laboratório de informática, porém, devido a demanda de alunos na comunidade a sala de “laboratório de informática”, passou a ser usada como sala de aula, que até o momento é utilizada no período da manhã pelas turmas do 4º e 5º ano, e vespertino pela Pré – Escola I e II.

QUADRO DE ATOS

TIPO	ATO Nº	DATA	DESCRIÇÃO	REVOGAÇÃO	VIGÊNCIA	OBSERVAÇÃO
Resolução	3.678/82	30/12/1982	Criação e Autorização de Funcionamento		Na mesma data	Séries Iniciais do Ensino Fundamental
Ato Administrativo	053/2017	25/07/2017	Estatuto do Conselho Escolar		Na mesma data	Aprovação do Estatuto
Resolução	5946/08	30/12/2008	Autorização de Funcionamento do Ensino Fundamental		Na mesma data por mais 5 anos	Séries Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) de maneira gradativa
Ato Administrativo	017/2011	12/08/2011	Aprovação do Regimento Escolar		Na mesma data	
Resolução	058/11	25/10/2011	Autorização de Funcionamento	2006	Na mesma data por mais 5 anos	

1.3- Relação dos profissionais da instituição

1.3.1- Nível de escolaridade

1.3.2- Cargos, funções e vínculo empregatício

ANO DE REFERÊNCIA – 2024

Nome	Vínculo		Escolarização			Pós graduação
	Padrão	Período	Fund	Médio	Superior	
Diretora de Departamento de Educação do Campo: Joice Cristina Pereira	SEMEDI				X	Esp.
Supervisora Pedagógica Cristiane Pereira	SEMEDI					Esp.
Secretária Mariane Aparecida Petenusso	SEMEDI					
Serviços Gerais						
Maria da Luz Tavares Santos		M/T	X			
Merendeira: Edilze de Freitas		M/T	X			
Professores						
Adriana Rainerte Serafin	1	M			X	Esp.
Ivana Santos da Silva	2	M/T			X	Esp.
Marli Rainerte Bonaldi	2	M/T			X	Esp.
Michelly Zela Antonio Caetano	2	M/T			X	Mestrado
Cassiana Cassenotti	1	M			X	Esp.

1.4- Contextualização socioeconômica, cultural e educacional da comunidade escolar

A caracterização da Comunidade Escolar explicitará as condições de vida da comunidade atendida, suas necessidades e possibilidades. Destacando os aspectos:

- **Social**

A Comunidade conta com uma Associação de Abastecimento de Água (ASA), a qual fornece água potável para quase 200 famílias residentes na colônia, sendo gerenciada pelos próprios moradores, que a cada dois anos realizam eleição para novos diretores. Também há uma Associação de Produtores Rurais de Paranaguá (APRUMPAR), onde atende não só os moradores da comunidade local como também das outras sete Colônias de Paranaguá e região, que visa comercializar os produtos em feiras, agricultura familiar e mercados, os quais são cultivados e produzidos nas colônias.

- **Econômico**

De classe média baixa, a comunidade vive basicamente da agricultura familiar, onde participam de programas dos Governos Municipal, Estadual e Federal com a participação em programas como PAA e PNAE, através da APRUMPAR. Um total de 80% da comunidade local trabalha no campo, e outros 20% desenvolvem outras atividades na zona urbana.

- **Cultural**

A colônia passou a ser constituída primeiramente por famílias de Italianos, depois vieram os alemães e mais tarde os japoneses. Hoje a colônia abrange uma diversidade cultural maior e que procura cultivar suas tradições com encontros entre colonos e também com outras comunidades através da festa do padroeiro da igreja católica da Colônia, em competições de jogos de futebol; e no centro de tradições Gauchas CTG Desgarrados do Pago, o qual promove aulas de dança de salão, cavalgada e rodeio crioulo; e ainda através da caminhada na natureza no Circuito Serra da Prata, onde envolve todo o segmento da agricultura e os colonos coordenam as feiras e alimentações dos participantes.

1.5- Contextualização das condições físicas e materiais

A escola apresenta as características atuais listadas a baixo.

1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardadas as especificidades etárias das crianças e/ou estudantes

A Escola Municipal do Campo José Chemure, possui um ambiente confortável que permite à criança toda segurança necessária para o seu desenvolvimento e para a atuação dos demais funcionários.

Tabela com a organização do espaço físico:

Descrição das dependências e equipamentos

Quantidade	Dependência/equipamentos
01	Espaço de recepção (não existe)
01	Sala de aula – (padrão)
01	Sala de aula (não está adequada)
01	Cozinha
01	Depósito
01	Banheiro (não está adequado a idade)

Área livre de lazer / equipamentos:

Quantidade	Dependência/equipamentos
01	Área de lazer coberta (pátio / refeitório)
01	Área de lazer externa (pátio) aberto

Recursos Pedagógicos (informe o recursos existente e a quantidade):

Recurso(s)	Quantidade	Recurso(s)	Quantidade
Aparelho de som	-----	Casinhas	02
Computadores	03 (2 ativos)	Livros de história	200
Televisão	02	Escorregador	03
Aparelho – DVD	01 – não funciona	Fantoches	00

1.6- Regime e horário de funcionamento de acordo com o calendário escolar

A oferta da Educação Básica é de forma presencial, com turmas multisseriadas, com a seguinte organização:

I. Educação Infantil:

- a) crianças de 04 e/ou 05 anos de idade – com 01 profissional até 20 crianças;
- b) O atendimento a faixa etária será válido, de acordo com o PPP e o planejamento anual.

II. Ensino Fundamental - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

O atendimento será de 04 horas diárias para turno parcial, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição, assim distribuídos:

I. manhã - 07:30 às 11:30;

II. tarde - 13:00 às 17:00;

As aulas seguem o calendário escolar municipal, disponível em:

<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/Calend%C3%A1rio%20A4%202024%20para%20Empresa%20com%20Foto%20B%C3%A1sico.pdf> Para consulta do calendário escolar, basta acessar o link supracitado.

MANHÃ			TARDE		
2º ANO / 3º E 4º ANO		7:30 às 11:30	PRÉ I E PRÉ II		13:00 às 17:00
5º ANO			1º ANO		

1.6.1 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com suas respectivas nomenclaturas

TURMA	PERÍODO	Nº de CRIANÇAS	FAIXA ETÁRIA	Nº PROFESSOR
PRÉ I E PRÉ II	VESPERTINO	04	04-05 ANOS	1 REGENTE 1 CORREGENTE
1º ANO	VESPERTINO	07	06 – 07 ANOS	1 REGENTE 1 CORREGENTE
2º E 3º ANO	MATUTINO	10	07/09 ANOS	1 REGENTE 1 CORREGENTE
4º E 5º ANO	MATUTINO	07	09-11 ANOS	1 REGENTE 1 CORREGENTE

1.6.2- Critérios de distribuição de turmas anualmente

As turmas são distribuídas de acordo com as necessidades específicas de cada escola, e a distribuição é realizada pela equipe pedagógica do Departamento da Educação do Campo.

1.6.3 - Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma

TURMA	PERÍODO	Nº CRIANÇAS
PRÉ I E PRÉ II	VESPERTINO	04
1º ANO	VESPERTINO	07
2º E 3º ANO	MATUTINO	10
4º E 5º ANO	MATUTINO	07

MANHÃ		TARDE	
2º ANO / 3º	7:30 às 11:30	PRÉ I E PRÉ II	13:00 às 17:00
4º ANO 5º ANO		1º ANO	

1.6.4 - Projetos próprios das instituições e oferecidos pela mantenedora

Projetos Próprios da instituição:

- Minha Comunidade Sustentável: água na comunidade
- Projeto Repelente Natural: Fabricação de repelente natural utilizando como base a cataia, o cravo da Índia, ou citronela.
- Projeto Cartas
- Momento enxadrista – recreio dirigido

Para conhecer as ações dos projetos supracitados, acessar os links:

<https://www.instagram.com/aguanacomunidade?igsh=MTN3dXdocnZ4dXFozw==>

<https://www.facebook.com/profile.php?id=61550805129075>

Projetos oferecidos pela mantenedora:

Projeto	INF. 4/5	Campo e Ilhas
1 - VELHA INFÂNCIA	X	X
2 – É DOANDO QUE SE VIVE		X
3 - PORTO ESCOLA		X
4 - DENGUE		X
5 - SEMMA		X

1.6.5- Quadro de horários da equipe docente e hora-atividade

PROFISSIONAL	MANHÃ		TARDE	
	TURMAS	DISCIPLINA	TURMAS	DISCIPLINA
Adriana Rainerte Serafim	4º ANO 5º ANO	Matemática Ciências Arte	-	-
Cassiana Cassenotti	2º ANO 3º ANO	ED. FÍSICA	-	-
Ivana Ramos da Silva	4º ANO 5º ANO	Português História Geografia	PRÉ I PRÉ II	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA
Marli Rainerte Bonaldi	2º ANO 3º ANO	Português História Geografia	1º ANO	Português Matemática Arte
Michelly Zella Antônio Caetano	2º ANO 3º ANO	Matemática Ciências Arte	Professor Auxiliar PRÉ I PRÉ II 1º ANO	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA História Geografia Ciências Ed. Física

MANHÃ - HORA ATIVIDADE				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
MARLI	ADRI	MICHELLY	IVANA	-
MARLI	ADRI	MICHELLY	IVANA	-
MARLI	ADRI	MICHELLY	IVANA	-
MARLI	ADRI	MICHELLY	IVANA	-
TARDE				
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
MARLI	IVANA	MICHELLY	IVANA	-
MARLI	IVANA	MICHELLY	IVANA	-
MARLI	MICHELLY	MICHELLY	IVANA	-
MARLI	MICHELLY	MICHELLY	IVANA	-

1.6.6- Plano de atividades a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes e recreio dirigido

A Escola pensa, planeja e executa atividades para os espaços pedagógicos e também para o recreio, sempre buscando fomentar a socialização, a interação e o protagonismo. Neste sentido, as atividades nos espaços pedagógicos da Escola acontecem na horta, no jardim (método da alporquia), no momento da observação das aves e das plantas nativas. Os alunos aprendem sobre plantas medicinais (uso e cuidado), nas áreas verdes da Escola.

Jogos, brinquedos de época, e brincadeiras de adivinhação e raciocínio lógico, também são realizadas durante o recreio dirigido nos espaços pedagógicos, conforme imagens.

1.6.7- Plano de Atendimento Emergencial

As famílias receberão 2 vídeos com instruções para como agir em situações de risco. Esses mesmos vídeos serão apresentados na escola.

Os alunos, Professores e funcionários assistirão os vídeos uma vez no mês, e farão a simulação, conforme instrução dos órgãos competentes, para situações de ataques e outros riscos.

As Professoras da Escola possuem treinamento para agir em situações que exigem primeiros socorros, conforme a Lei Lucas 13722/18, a qual determina que professores e funcionários das escolas sejam capacitados em primeiros socorros.

A Escola também possui plano emergencial de fuga para situações de incêndio, o qual foi planejado pelo Corpo de Bombeiros, e se encontra disponível na Escola.

1.7- Calendário Escolar

As aulas seguem o calendário escolar municipal, disponível em:

<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/Calend%C3%A1rio%20A4%202024%20para%20Empresa%20com%20Foto%20B%C3%A1sico.pdf>

1.8- Calendário das reuniões da APMF e Conselho Escolar

As reuniões serão TRIMESTRAIS, totalizando 03 reuniões anualmente. A Escola não possui APMF.

As tratativas do PDDE ficam sob responsabilidade da SEMEDI (Unidade Executora Própria, a qual é a entidade representativa da escola junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE).

Quanto ao Conselho Escolar, as reuniões serão trimestrais, totalizando 03 reuniões anualmente. Com possibilidade de mais reuniões, se necessário.

1.9- Calendário de prestação de contas

As tratativas do PDDE ficam sob responsabilidade da SEMEDI (Unidade Executora Própria, a qual é a entidade representativa da escola junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE), portanto não temos prestação de contas.

2- CONCEPÇÕES

2.1- Concepção de sociedade

A sociedade considerada como base para todo o trabalho pedagógico desenvolvido pela instituição escolar. Influenciará ativamente a seleção dos conteúdos que serão fundamentados nas expectativas desta mesma sociedade. Uma vez que a educação deve preparar os indivíduos para acompanharem a sociedade e sua transformação em acelerado processo de mudança, é na escola que ela deverá encontrar um espaço de conhecimento amplamente democrático.

Para tanto Souza (2018), nos diz que precisamos refletir sobre as intenções e que possa despertar interrogações e, especialmente, ações político-educacionais de natureza transformadora, para uma sociedade mais justa, voltada para o coletivo, na construção do movimento social.

2.1.1- Fundamentação Teórica

As teorias sociológicas são explicações científicas para as relações e as transformações que ocorrem na sociedade e nas suas instituições. Os três principais pensadores, conhecidos como os pensadores clássicos da Sociologia, são: Karl Marx,

Émile Durkheim e Max Weber, e suas ideias são cobradas com frequência, por meio da aplicação dos seus principais conceitos.

A partir da criação de métodos e conceitos para estudo da sociedade, foi construído o conceito do que são teorias sociológicas sobre a realidade social. Essas teorias foram resultados de pesquisas e análises criteriosas, levando em conta o contexto histórico do momento para explicar cientificamente as relações, as transformações e as permanências que ocorriam na sociedade e nas suas instituições escolares.

Desse modo, surgiram os três teóricos clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Na Alemanha, Marx argumentava que as condições materiais de existência eram determinantes na vida em sociedade.

Já a socióloga francesa Émile Durkheim formulou uma teoria da integração social, segundo a qual as partes da sociedade, instituições e indivíduos, se relacionam de forma estável e harmoniosa. Segundo Durkheim, os fatos sociais seriam a principal preocupação de estudo da Sociologia e poderiam ser denominados como o conjunto de hábitos praticados pelas pessoas, por meio de suas ações, que permitiriam a identificação de uma consciência coletiva, a qual agiria por trás dos indivíduos.

Para tanto Max Weber contrapõe a teoria de Durkheim. Ao invés de imaginar a sociedade como influenciadora das ações dos indivíduos,** Weber entendia que as ações desses sujeitos eram orientadas por outras ações, ou seja, uma ação social tinha como referência um conjunto de outras ações individuais**. Dessa forma, a ação social estava no centro de suas análises sociológicas.

O sociólogo alemão Max Weber possuía uma concepção da realidade social mais pautada no sujeito da ação. Partindo do tipo menos racional para o mais racional, o autor estabelece a seguinte divisão: ação afetiva, ação tradicional, ação racional orientada para valores e ação racional orientada para fins.

2.1.2 Direitos humanos

Partindo do pressuposto de que existe um pensamento filosófico-sociológico latino-americano, vale ressaltar a existência de uma teoria de direitos humanos na obra de Paulo Freire, pensador brasileiro mais conhecido em todo o mundo que teve como principal mote de suas elaborações filosóficas a construção de uma “Pedagogia do Oprimido” ou, em outras palavras, de uma “Educação como prática da liberdade” ou de uma “Pedagogia dos sonhos possíveis”, sempre preocupado em analisar o mundo concreto e alimentar a práxis

contra todas as formas de opressão e exploração sociais, ademais de, no seu bojo, realizar direitos humanos de pessoas e coletividades historicamente silenciadas.

Para Paulo Freire, falar em direitos humanos de antemão, inclina o pensamento a processar-se em apenas uma direção no estudo do tema, a da educação em direitos humanos.

É o mais evidente de todos os percursos teórico-metodológicos, quando se trata de abraçar uma análise da filosofia política e do direito (com capacidade de, neste caso, constituir condições concretas de sua resignificação), a partir de um pensador do campo educacional e de uma Teoria da Educação por ele constituída.

2.1.3 Políticas de inclusão

A inclusão social é uma política para lidar com as diferenças e distribuir os poderes dentro de uma sociedade. Assim, inclusão significa a tentativa de corrigir a exclusão de alguns grupos – por exemplo, cadeirantes, autistas, pessoas LGBT – dos direitos sociais mais básicos. Isso significa que algumas camadas da sociedade não possuem acesso à educação, ao trabalho, ou a uma vida segura. Portanto, para entender a proposta da inclusão social é importante também saber minimamente como ocorrem as desigualdades sociais.

Como a escola é responsável pelos primeiros anos de socialização da criança além da família ou da religião, ela se torna uma instituição importante em que os indivíduos aprendem a conviver com o outro e com as diferenças. Logo, a inclusão social aumenta a diversidade e favorece toda a sociedade. Além disso, a inclusão escolar fornece a possibilidade de indivíduos em grupos vulneráveis terminarem seus estudos e ascenderem socialmente. Portanto, a existência dessas políticas na escola tem impactos no futuro e reduzem a desigualdade social. Nesse sentido, a inclusão social não é um auxílio e nem uma ajuda: na verdade, ela significa o direito do indivíduo participar ativamente da sociedade.

2.2 Concepção de Educação

Para iniciarmos as reflexões sobre as concepções de Educação, priorizamos a concepção de Educação do Campo a partir de Souza (2018), quando diz que “Educação do Campo se produz no movimento social e este, por sua vez, é educativo”,

pois se interroga a lógica tradicional e hegemônica da escola pública, fomentando a construção coletiva do movimento social, e conseqüentemente nas transformações sociais para o coletivo. Portanto, no que tange, a educação precisa ser transformadora, voltada para o diálogo, combinada à pedagogia da ação.

Neste sentido, de acordo com Arroyo (1999) “a escola tem que incorporar o saber, a cultura, o conhecimento socialmente construído, no entanto, os currículos das escolas básicas do campo não podem reproduzir o conjunto de saberes da escola da cidade”. Através da abordagem sóciocrítica concebemos a educação como compreensão da realidade visando a sua transformação. Dessa forma, buscamos à superação das desigualdades sociais e econômicas da sociedade por meio de uma educação que considera os efeitos da ação educativa e dos conteúdos bem estruturados para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

A educação tem a função de transmissão da cultura, mas também é responsável pelo desenvolvimento crítico e participativo, por isso destacamos a valorização das experiências e da convivência social ao considerarmos a educação como um fenômeno próprio dos seres humanos.

Nessa perspectiva, ao interferir significativamente sobre a sociedade, a educação sustentada pela teoria crítica utiliza a cultura popular trazida pelos alunos e a transforma em ações no seu cotidiano.

2.2.1 Fundamentação teórica

Os fundamentos da educação são os princípios e as diretrizes básicas que orientam as práticas pedagógicas. Eles incluem conceitos como aprendizagem, desenvolvimento, motivação, avaliação, ensino e aprendizagem significativa, ética, responsabilidade social e outros. O estudo de matrizes teóricas que têm servido de fundamentação à educação é importante para identificar diferentes concepções de homem, de mundo e de educação. As principais concepções pedagógicas são o construtivismo, o behaviorismo, o cognitivismo, o humanismo e o progressivismo. Cada uma destas abordagens tem suas próprias características e objetivos específicos para a educação.

2.2.2- Concepção de Infância e Criança (CMEIs e Escolas)

Para descobrir novos conceitos as crianças possuem a habilidade espontânea pois se relacionam com os recursos oferecidos a elas para perguntar, levantar

hipóteses e conseguem assim atribuir significados a fenômenos que as cercam. O atendimento à criança, tanto no grupo familiar como nas instituições formalmente criadas para tal, são o que permeiam a concepção de infância. As leis vigentes no Brasil reforçam a concepção de criança como um ser atuante e de direitos, tais como a Constituição Brasileira, no artigo 205, e a LDB, no seu artigo 2º.

A educação é um direito constitucional inalienável. Portanto, a compreensão que se tem da criança é a de um ser histórico e culturalmente contextualizado, um sujeito com identidade própria, em processo de desenvolvimento em todas as dimensões humanas: afetiva, social, cognitiva, psicológica, motora, lúdica e expressiva. Com o domínio da linguagem, a criança passa a interagir mais ativamente com aqueles que a cercam. Não há uma única infância, mas infâncias que precisam ser reconhecidas e valorizadas. As crianças têm experiências culturais e sociais diversas; interesses, características e percursos históricos diferenciados que as tornam singulares. Ou seja, conforme Arroyo(1994) é necessário compreender que cada idade tem a própria identidade, e isso exige uma educação específica para esse período, e não um preparo para outra idade. Uma concepção de infância, requer pensar nessa criança considerando seu desenvolvimento integral, sua identidade cultural e seu direito eminente à educação. Acreditamos que é possível o conhecimento ser construído respeitando as fases de desenvolvimento da criança e entrelaçado às necessidades da infância. É imperativo que a infância tenha espaço durante todo o processo de ensino-aprendizagem concomitante ao desenvolvimento da criança. Contemplar a infância durante todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem por onde passa a criança já é bem desafiador. Em virtude dos atendimentos focados na recuperação da aprendizagem pós pandemia introduzimos novas formas de interagir com os alunos a fim de adequarmos a aprendizagem a essa nova realidade.

Portanto, a palavra infância carrega consigo o estigma da incapacidade perante os mais experientes, impondo uma condição subalterna diante dos membros adultos. Ao adquirir certa independência, imediatamente a criança é conduzida ao convívio adulto, compartilhando de seus trabalhos e jogos, sem estar plenamente preparada física e psicologicamente para tal. Nesse sentido a transferência de conhecimentos e valores está vinculada ao contato das crianças com os jovens ou os adultos através de um processo de socialização.

Assim, há necessidade de criação de mecanismos para a formação inicial a fim de possibilitarem o domínio da leitura e da escrita visando, sobretudo a preparação para a vida adulta. Nesta instituição, a infância passou a ser considerada como um período de preparação do futuro adulto.

2.2.3- Articulação entre as ações de cuidar e educar

Na educação infantil, cuidar e educar são dois conceitos articulados entre si, sobre os quais se fundamenta e se organiza a prática pedagógica, tendo por finalidade principal o desenvolvimento integral da criança como sujeito sociocultural. Esta é uma reflexão a que chegamos ao analisar o cuidar e o educar como eixos norteadores na educação infantil, tendo como referência o que diz a documentação oficial e a legislação no que concerne a este segmento da educação básica. A educação infantil se constitui em uma importante vivência para a criança, pois visa a sua formação integral nos âmbitos motor, cognitivo, sensorial, social e afetivo. A faixa etária que corresponde à educação infantil é tida como propícia para que se integrem os atos de cuidados aos atos educativos, tendo em vista o desenvolvimento pleno das crianças de 0 a 6 anos em que se vivenciam diversas possibilidades de exploração e descobertas.

As instituições de Educação Infantil devem definir em suas propostas pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos / linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível. (BRASIL, 1998a). Enfim, o que se percebe é que as práticas de cuidar e de educar são indissociáveis e devem caminhar juntas. Para que o desenvolvimento dos aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos da criança aconteça, é preciso superar a distância que ainda há entre essas práticas. Amorim (2005) alerta para a importância dos momentos vividos pela criança, pois “são educativos, na medida em que ela está constantemente aprendendo, através da sua interação com o meio que a rodeia.

2.2.4- Concepção de jovem, adulto e idoso (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto modalidade de Educação Popular apresenta uma trajetória de desafios, principalmente por ser uma alternativa que vem auxiliar a minimizar as discriminações e ajuda na busca de uma sociedade mais justa e menos desigual, a qual resultaria da inclusão do conjunto de brasileiros vítimas da história excludente de nosso país. Porém, essa modalidade de educação, por muito tempo, não se apresentou como prioridade educacional, sendo entendida e tratada apenas como uma política compensatória direcionada a suprir a perda de escolaridade em idade própria. (BEZERRA, 2014).

De acordo com Freire (1996), para que haja a alfabetização do adulto, não só é necessário o domínio dos códigos linguísticos de codificar e decodificar, mas sim prepará-los para o mundo através dos questionamentos, diálogos e o desenvolvimento crítico de suas ideias, orientando-os para viverem e conviverem com o mundo letrado, sabendo decifrar os códigos visuais da comunicação expostas pelos diversos segmentos sociais.

Apesar desse entendimento, do ensino enquanto formação social e humana, nossa Escola e nossa comunidade local não são contempladas com a EJA.

2.2.5- Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental requer atenção, seja da Instituição de Ensino, como dos pais e familiares. Para que haja equilíbrio nas mudanças que passam a ser introduzidas na vida do aluno, é necessário garantir a integração e continuidade dos processos de aprendizagem.

A transição para o Ensino Fundamental requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa.

Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo. Para isso, as informações contidas em parecer e portfólios, ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada criança do Ensino Fundamental.

Conversas, visitas e troca de materiais entre os profissionais dos CMEIs e Escolas também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico. Nessa direção, considerando os direitos e os

objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a síntese das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências deve ser compreendida como elemento balizador e indicativo de objetivos a serem explorados em todo o segmento da Educação Infantil e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao mesmo.

Na rede municipal de educação de Paranaguá, a INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2023 – SEMEDI orienta procedimentos para transição entre as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II. Considerando a orientação n.o 001/2021 – DEDUC/SEED.

INSTRUI:

Art. 1º As instituições da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá a delinear estratégias à continuidade da trajetória da Educação Infantil para o Ensino Fundamental I e desta, para o Ensino Fundamental II, necessárias para facilitar o percurso escolar da criança/estudante, por meio de atividades pedagógicas e orientações da Secretaria Municipal da Educação e Ensino Integral – SEMEDI, para sua execução.

Art. 2º Cabe aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, assegurar práticas, vivências e experiências significativas durante o ano letivo, contribuindo assim para a formação integral da criança/estudante, em toda as etapas de ensino ofertadas, mantendo a reflexão acerca da ação pedagógica, ressignificando e auxiliando no processo de transição.

Art. 3º Consideram-se como registros pertinentes a subsidiar o processo de transição:

I - fotografias;

II - vídeos;

III - Parecer Descritivo/Boletim Escolar;

IV - relatos dos pais ou responsáveis legais;

V - relatórios dos profissionais da educação;

VI - visitas nas instituições.

§1º Ficará sob a responsabilidade da equipe pedagógica das instituições de ensino, a entrega dos Pareceres Descritivos da Educação Infantil no Departamento de Estruturação e Funcionamento das Unidades de Ensino da SEMEDI, conforme cronograma estabelecido.

§ 2º Os registros avaliativos deverão ser arquivados na instituição de ensino.

Art. 6º Cabe aos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino:

§1º Promover momentos de visitas dos estudantes nas futuras instituições mais próximas, para que conheçam o novo ambiente, assim como os docentes, a organização e o funcionamento da nova instituição de ensino.

§2o Manter a escuta ativa das crianças/estudantes respeitando o seu processo de aprendizagem, assim como acolhimento dos familiares.

§3o Organizar atendimentos individuais, sempre que necessário, com os pais e/ou responsáveis, visando minimizar o impacto na transição.

2.2.6- Transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental

Compreender a transição dos estudantes dos Anos Iniciais aos Anos Finais, da parte dos profissionais da educação, requer um olhar atento, pois são processos de transformações biológicas, psicológicas, sociais, emocionais e cognitivas. Na transição, a escola tem como prerrogativa pedagógica destacar as competências desenvolvidas nas etapas anteriores e dar continuidade às aprendizagens em níveis crescentes de complexidade.

Neste sentido, faz-se ainda necessário ressaltar que o estudante, na transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental, encontra-se também em um momento de transição no seu desenvolvimento entre a infância e a adolescência, ocorrendo mudanças biológicas, cognitivas e emocionais (PARANÁ, 2015, p.18), as quais influenciam diretamente no processo de aprendizagem. Deste modo, a escola não pode deixar de respeitar o tempo de crescimento e amadurecimento emocional dos alunos neste processo de transição.

Acolhimento, conversas autênticas e esclarecedoras com os alunos e as famílias, além de estratégias práticas de organização para o dia a dia escolar, estão entre as prioridades da nossa Escola. Dinâmicas de práticas que contribuem para esta transição, são realizadas já a partir do 4º ano, visto ser uma mudança não só de ano escolar, mas também de ambiente rural para urbano, transporte escolar e horários.

Para tanto, conversas com as famílias no sentido de orientação, como falar sobre a aproximação com a nova escola, conhecer a rotina escolar do novo ambiente para assim ajudar a minimizar a ansiedade referente a um território desconhecido, usar a agenda, entender quanto dura cada aula, desenvolver seu protagonismo e trabalhar metodologias ativas que sugiram responsabilidade, desenvolver a autonomia do estudante no processo de estudo, organização dos seus materiais e prazos, assim como segurança ao realizar atividades avaliativas são algumas das alternativas utilizadas em nossa escola para favorecer essa transição.

Na rede municipal de educação de Paranaguá, a INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 02/2023 – SEMEDI orienta procedimentos para transição entre as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II. Considerando a orientação n.o 001/2021 – DEDUC/SEED.

INSTRUI:

Art. 1º As instituições da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá a delinear estratégias à continuidade da trajetória da Educação Infantil para o Ensino Fundamental I e desta, para o Ensino Fundamental II, necessárias para facilitar o percurso escolar da criança/estudante, por meio de atividades pedagógicas e orientações da Secretaria Municipal da Educação e Ensino Integral – SEMEDI, para sua execução.

Art. 2º Cabe aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, assegurar práticas, vivências e experiências significativas durante o ano letivo, contribuindo assim para a formação integral da criança/estudante, em toda as etapas de ensino ofertadas, mantendo a reflexão acerca da ação pedagógica, ressignificando e auxiliando no processo de transição.

Art. 3º Consideram-se como registros pertinentes a subsidiar o processo de transição:

I - fotografias;

II - vídeos;

III - Parecer Descritivo/Boletim Escolar;

IV - relatos dos pais ou responsáveis legais;

V - relatórios dos profissionais da educação;

VI - visitas nas instituições.

§1º Ficará sob a responsabilidade da equipe pedagógica das instituições de ensino, a entrega dos Pareceres Descritivos da Educação Infantil no Departamento de Estruturação e Funcionamento das Unidades de Ensino da SEMEDI, conforme cronograma estabelecido.

§ 2º Os registros avaliativos deverão ser arquivados na instituição de ensino.

Art. 6º Cabe aos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino:

§1º Promover momentos de visitas dos estudantes nas futuras instituições mais próximas, para que conheçam o novo ambiente, assim como os docentes, a organização e o funcionamento da nova instituição de ensino.

§2º Manter a escuta ativa das crianças/estudantes respeitando o seu processo de aprendizagem, assim como acolhimento dos familiares.

§3º Organizar atendimentos individuais, sempre que necessário, com os pais e/ou responsáveis, visando minimizar o impacto na transição.

2.2.7- Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar)

De acordo com a Lei 9394/96, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, destacamos a primeira Lei a dedicar um capítulo em específico para a Educação Especial, e é em seu capítulo V, artigo 58 que entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013).

Seguindo essa prerrogativa da redação dada pela atualização em 2013, a mudança de nomenclatura, entendendo e reconhecendo esta população agora como educandos com deficiência e não mais portadores de necessidades especiais e acrescenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) gratuito, matriculados preferencialmente na rede regular de ensino, refletimos e objetivamos acolher o aluno, seja qual for a sua condição.

Dentre as ações desenvolvidas na Escola, de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, as quais são baseadas em laudo médico, temos a adaptação curricular, atividades diferenciadas e aulas em contraturno, trabalhando, desenvolvendo e aperfeiçoando as habilidades. No entanto, a escola ainda não possui Sala de Recursos Multifuncionais em AEE, os alunos, em necessidade, são encaminhados para o CMAE.

Quando necessário, a Escola realiza a Avaliação Educacional Multiprofissional, com a presença dos pais e professores, na sequência encaminha para o CMAE – Centro Municipal de Avaliação Especializado, e aguarda demais procedimentos, os quais ficam sob responsabilidade do Centro e da SEMEDI.

Além disso, quando também necessário, o atendimento domiciliar é utilizado como uma estratégia para garantir a participação de alunos que, por motivos de saúde ou outras limitações, não podem frequentar regularmente a escola. Nesse caso, os profissionais da educação realizam atividades para esses alunos que estão impossibilitados de se locomover até a escola e direcionam para os familiares, proporcionando o atendimento domiciliar, garantindo que ele continue a receber uma educação de qualidade.

Dessa forma, a combinação da educação inclusiva como modalidade de ensino transversal, o atendimento educacional especializado e o atendimento domiciliar contribuem para a promoção de uma educação mais igualitária e inclusiva, que atenda às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas condições e limitações, tomando como referência as políticas de educação inclusiva.

2.2.8- Educação para as relações étnico-raciais

A concepção de educação para as relações étnico-raciais na construção do projeto político pedagógico busca promover a igualdade, valorizando a diversidade e combatendo o racismo. Isso inclui a inclusão de discussões que abordem a história, cultura e contribuições de diferentes grupos étnico-raciais, além de estratégias pedagógicas que promovam o respeito à diversidade e o combate ao preconceito racial dentro e fora do ambiente educacional.

Além da inclusão de conteúdos, é essencial promover a formação continuada dos professores, para lidar de forma sensível e inclusiva com as questões étnico-raciais. A criação de espaços de diálogo e reflexão sobre o tema, envolvendo a comunidade escolar, contribui para uma educação mais consciente e transformadora. A implementação de ações afirmativas, como cotas e programas de equidade, também pode ser parte integrante desse projeto, buscando corrigir desigualdades históricas e proporcionar oportunidades mais igualitárias. Em síntese, a educação para as relações étnico-raciais visa construir um ambiente educacional mais justo, inclusivo e respeitoso.

Inclusão de Conteúdos Diversificados: Introdução de materiais didáticos que abordem de forma positiva a diversidade étnico-racial, apresentando histórias, personagens e contribuições de diferentes grupos.

Datas Comemorativas e Celebrações: Incorporação de eventos e celebrações que destaquem a diversidade cultural e étnica, como o Dia da Consciência Negra, de maneira a conscientizar os alunos sobre a importância da igualdade e respeito.

Projetos Interdisciplinares: Desenvolvimento de projetos pedagógicos que integrem temas étnico-raciais em diversas disciplinas, permitindo uma abordagem mais abrangente e contextualizada.

Formação de Professores: Capacitação contínua dos professores para lidar com as questões étnico-raciais, promovendo uma abordagem sensível, inclusiva e sem preconceitos.

Biblioteca Diversificada: Garantir que a biblioteca escolar contenha livros que representem a diversidade étnico-racial, oferecendo às crianças a oportunidade de explorar diferentes perspectivas e culturas.

Atividades Artísticas e Culturais: Incentivar a expressão artística e cultural, como teatro, dança e música, que destaquem a diversidade étnica, permitindo que os alunos vivenciem de forma prática o valor da pluralidade.

Diálogo Aberto: Estimular o diálogo aberto em sala de aula, criando um ambiente onde os alunos se sintam à vontade para discutir questões étnico-raciais, esclarecer dúvidas e compartilhar experiências.

Visitas Culturais: Realizar visitas a espaços culturais que representem diferentes grupos étnicos, proporcionando experiências enriquecedoras fora do ambiente escolar.

Essas ações visam não apenas promover o conhecimento sobre a diversidade étnico-racial, mas também desenvolver valores de respeito, empatia e igualdade desde os primeiros anos do Ensino Fundamental 1.

No contexto brasileiro, algumas leis respaldam a promoção da educação para as relações étnico-raciais, com ênfase na valorização da diversidade e no combate ao racismo. Dentre elas, destacam-se:

Lei nº 10.639/2003: Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares.

Lei nº 11.645/2008: Amplia a obrigatoriedade de inclusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira, além de estender essa obrigatoriedade para as temáticas indígenas, nos currículos escolares.

Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial): Estabelece normas para a promoção da igualdade racial, com impactos diretos na educação, visando combater o racismo e promover a valorização da diversidade étnico-racial.

Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE): Define diretrizes e metas para a educação no Brasil, incluindo a promoção da igualdade étnico-racial e o combate ao racismo como objetivos a serem alcançados no sistema educacional.

Essas leis contribuem para orientar as políticas educacionais, incentivando a inclusão de conteúdos e práticas pedagógicas que promovam a consciência crítica sobre as relações étnico-raciais, bem como o respeito à diversidade cultural e a luta contra a discriminação racial em nossa escola.

2.2.9- Concepção do Ensino Integral

Até o presente ano, de 2024, não oferta-se o ensino integral nesta Escola.

2.2.10- Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças e/ou estudantes infrequentes

Busca ativa é um termo que engloba diversas estratégias em que professores e gestão se unem para encontrar alunos faltosos, evitando, assim, a evasão escolar. A importância do trabalho intersetorial também ocorre pela evasão escolar ser acompanhada por questões sociais.

Na prática, isso significa resgatar a criança que não conseguiu se manter na escola. Em outras palavras, o objetivo é reunir dados sobre quem são, onde estão e quais são as necessidades dos estudantes que abandonaram a escola e buscar meios para aproximá-lo da escola novamente.

O sistema de ação consiste em monitorar a quantidade de faltas dos alunos, a qual somando um total de 5, consecutivas ou não, inicia-se a busca.

As ações de busca ativa ocorrem com as seguintes normas (5 faltas consecutivas ou 7 alternadas/fundamental, e 15 faltas consecutivas e 30 alternadas Educação infantil).

No próximo tópico, temos as fichas a serem preenchidas quando se faz necessário iniciar a busca ativa.

2.2.11- Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar (Sistema Educacional da Rede de Proteção- SERP e Conselho Tutelar)

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO</p>	
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO _____		
Identificação do Aluno: _____		
Nome: _____		
Data de Nascimento: _____		
Naturalidade: _____		
Mãe: _____		Telefone: _____
Pai: _____		Telefone: _____
Endereço: _____		
Escola: _____		Telefone: _____
<u>Relatório Informativo</u>		
EXEMPLO		
<p>Informamos que o aluno (a) _____, matriculado no _____ ano nesta Instituição de Ensino está apresentando faltas frequentes neste trimestre (ou após retorno obrigatório), contabilizando até a presente data _____ faltas alternadas ou consecutivas, entramos em contato com os pais (relatar sobre o contato).</p>		
<p>Foram realizadas algumas intervenções (relatar: conversas, atas, tudo que foi feito até agora).</p>		
Relatar sobre o aluno na escola.		



Portanto, pelos fatos citados, solicita-se a intervenção deste Conselho Tutelar.

Sem mais, despedimo-nos com elevados protestos de estima e consideração e colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Professora Regente
(nome da professora)

Professora Corregente
(nome da professora)

Ficha de identificação do aluno em investigação



ENCAMINHAMENTO - SERP (Sistema Educacional da Rede de Proteção)

ESCOLA/CMEI:	
CGM:	
NOME DO ESTUDANTE:	
TURMA:	
PROGRAMAS SOCIAIS:	<input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Família Paranaense
TIPO DE INFREQUÊNCIA:	<input type="checkbox"/> 5 faltas/ dias consecutivos <input type="checkbox"/> 7 faltas alternadas / dias alternados em 60 dias
DATAS FALTAS CONSECUTIVAS:	___/___/___ a ___/___/___
DATAS FALTAS ALTERNADAS:	___/___/___, ___/___/___, ___/___/___, ___/___/___, ___/___/___, ___/___/___, ___/___/___
DISCIPLINAS DA FALTA:	
MOTIVO DA FALTA:	
FONTE DE INFORMAÇÃO:	



CONTATOS DE BUSCA ATIVA REALIZADOS:

	DATA:	HORÁRIO:	DESCRIÇÃO:
<input type="checkbox"/> WhatsApp	___/___/___	___:___	
<input type="checkbox"/> E-mail	___/___/___	___:___	
<input type="checkbox"/> Ligação	___/___/___	___:___	
<input type="checkbox"/> Pessoalmente	___/___/___	___:___	
Resposta obtida:			
<input type="checkbox"/> WhatsApp	___/___/___	___:___	
<input type="checkbox"/> E-mail	___/___/___	___:___	
<input type="checkbox"/> Ligação	___/___/___	___:___	
<input type="checkbox"/> Pessoalmente	___/___/___	___:___	
Resposta obtida:			
<input type="checkbox"/> WhatsApp	___/___/___	___:___	
<input type="checkbox"/> E-mail	___/___/___	___:___	
<input type="checkbox"/> Ligação	___/___/___	___:___	
<input type="checkbox"/> Pessoalmente	___/___/___	___:___	
Resposta obtida:			
Observações sobre o comportamento do(a) estudante (sinais de alerta, dinâmica pessoal e social etc.):			

Professor (a): _____
Assinatura: _____

Professor (a): _____
Assinatura: _____

2.3- CONCEPÇÃO DE GESTÃO

A gestão deve ocorrer para além do gerencialismo, caso contrário, será empregada como um sistema controlador, onde o gestor fica com a função solo de gerenciar tudo.

A gestão precisa ser entendida e empregada como um processo dinâmico, inacabado e principalmente coletivo. Nesse contexto, a gestão deixa de ser enxergada como um conjunto de prescrições e modelos de ação de um ator (gestor), para ser vista como uma prática social emergente, dependente de contextos sócio históricos. No contexto escolar, implicaria assumir uma ontologia relacional (Sandberg, 2000), em que organizações escolares e diretores não são tomados como entidades separadas, mas como se constituindo mútua e cotidianamente a partir das relações e interações. (Amaro; Schunk; d'Angelo, 2022).

2.3.1- Fundamentação Teórica

Para conceber a gestão como um processo emergente e relacional, de acordo com Cunliffe (2014), a ideia central da gestão democrática é a que defende a participação da comunidade escolar nos diversos processos constituintes da realidade da escola. Ao mesmo tempo, não toma a democracia como algo dado ou a ser alcançado por força de lei. Ou seja, a gestão democrática é considerada uma construção coletiva, alicerçada na participação (Lück, 2013).

Neste sentido, e seguindo a prerrogativa da Lei Complementar 151/2015, a qual normatiza o desempenho das funções administrativas, pedagógicas e docentes, dos Professores das Escolas do Campo, temos a auto gestão em nossa Escola. É com a auto gestão que utilizamos de ações em conjunto para resolvermos situações cotidianas, com gerenciamento pelos próprios professores da escola, que são representados por uma direção de departamento, a qual se encontra na SEMEDI. Vale ressaltar, que algumas decisões necessitam do consentimento da SEMEDI e que sempre estejam de acordo com a política educacional municipal.

Entendemos que a responsabilidade pela aprendizagem da criança é da família, da comunidade e do poder público, e por isso procuramos manter um contato diário com os pais que deixam suas crianças na escola, além de promovermos reuniões em cada turma e realizarmos alguns eventos durante o ano, em que os pais têm a oportunidade de buscar esclarecimentos, sugerir e acompanhar o trabalho desenvolvido por nós.

2.3.2- Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores.

Os instrumentos que possibilitam a efetivação da Gestão Democrática são as Instâncias Colegiadas. Para que estas participem das discussões e decisões da escola, é preciso que a equipe diretiva informe e divulgue as ideias e ações, com transparência, para a comunidade escolar, que neste caso é realizada pela equipe docente da nossa escola.

No entanto, alguma das instâncias colegiadas não se tem no momento nesta escola, visto algumas ações estarem subordinadas ao consentimento da SEMEDI.

Atualmente, a escola possui o Conselho Escolar e reuniões periódicas, as quais auxiliam na aproximação entre comunidade e escola. Estas reuniões acontecem trimestralmente, ou quando se fazem necessárias para alguma ação a ser executada.

As famílias podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos. Candidatar-se a uma vaga no conselho escolar é uma boa maneira de acompanhar e auxiliar. (BRASIL, 2023).

O conselho escolar é constituído por pais, representantes de alunos, professores, funcionários, membros da comunidade e a Diretora de Departamento da Educação do Campo.

A constituição do Conselho Escolar está em:

Representantes dos pais de alunos ou responsáveis:

Titular: Luciani Maria Veiga Smachelo

Suplente: Yara Miranda Ferreira Scomação Gomes

Representantes dos Movimentos Sociais organizados da Comunidade:

Titular: Guiomar Serafim

Nome do Suplente: Benjamim Pietro Desedério

Representantes dos Trabalhadores Docentes:

Titular: Adriana Rainerte Serafim

Suplente: Ivana Ramos

Representantes dos Trabalhadores não Docentes:

Titular: Maria da Luz Tavares

Representantes da Presidência:

Nome da Presidente: Joice Cristina Pereira

Vice-Presidente: Marli Rainerte Bonaldi

Cabe ao conselho zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade do ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, fundamentais para a gestão democrática da nossa escola.

Cronograma das reuniões:

Reuniões 2024
11 de Março
10 de Junho
09 de Setembro

*As reuniões poderão sofrer alterações de data, assim como inclusão de datas extraordinárias.

2.3.3- Eixo de gestão de resolução de conflitos, dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros

No cenário de diversidade, a mediação, bem como as demais metodologias dialogais, tem sido uma poderosa ferramenta de transformação e pacificação social, eis que se articula com base nas diferenças e no seu reconhecimento, e não na sobreposição de um sobre o outro. (MPRJ, 2015). Deste modo, a escola busca a partir do diálogo, mediar conflitos, cujo manejo positivo é uma enorme oportunidade de aprendizado e crescimento moral.

2.3.4- Articulação entre a instituição, a família e a comunidade

Escola e família são instituições sociais que estão sempre presentes na vida do ser humano, de forma que ao pensar o aluno no seu contexto, ou seja, na comunidade que está inserido, é preciso que as duas partes estabeleçam uma relação de parceria, principalmente respeitando o contexto o qual fazem parte.

Escola e família cumprem papéis distintos, mas complementares, e indispensáveis ao desenvolvimento do aluno, enquanto ser humano. (Flores; Cordeiro, 2021).

Neste sentido, a Escola promove situações onde se estreitam esses laços, a partir de reuniões, confraternizações, aulas e projetos que envolvem a comunidade e que buscam interferir de forma intencional a vida da comunidade.

O territorialismo e o protagonismo, são fundamentais nessa promoção, e são usados como carro chefe no planejamento das aulas e dos projetos da escola.

2.3.5- Articulação entre o diretor, os pedagogos e os demais profissionais

A articulação ocorre a partir de reuniões, as quais têm o objetivo de repassar instruções normativas para contribuir com o bom funcionamento das escolas do campo, a qual nossa escola faz parte. Nessas reuniões são discutidas as situações presentes no cotidiano escolar, e como devemos agir em situações que exigem intervenções.

As Escolas do Campo não possuem diretores nem pedagogos em sua composição, devido às especificidades do campo, conforme estabelecido pela deliberação N.º 01/11 - COMED/PGUÁ e a LEI COMPLEMENTAR 182/2015 justificam a ausência de uma equipe de direção e pedagógica presencial. Para tanto, quem realiza essas funções, são seus professores, conforme previsto Diretrizes Municipais Operacionais para a Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR e na Lei Complementar nº 182, de 03 de Dezembro de 2015, que trata sobre estas funções de desempenho destes serviços administrativos e pedagógicos, e assegura a título de gratificação, o acréscimo de 30% (trinta por cento) do salário base da classe a que pertence, inclusive sobre o valor da hora-aula, quando for o caso.

2.3.6- Registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional

Mais do que um instrumento disciplinador, o registro de ocorrências disciplinares deve servir como um banco de dados, onde será possível gerar informações sobre o que acontece na escola e, com base nisso, trabalhar os problemas direto nas suas fontes.

Desta forma, o registro deixa de ser uma ação isolada, e passa a ser um dos instrumentos para combater ou resolver situações de conflitos dentro do ambiente escolar, tendo-o também como um indicador.

Os registros são realizados em ata, e são repassados a SEMEDI caso seja necessário, visto utilizarmos da autogestão.

2.3.7- Articulação entre a Unidade Educacional e a mantenedora

A Mantenedora da Escola é a Prefeitura Municipal de Paranaguá, e a articulação parte do princípio de que o sistema precisa contribuir para o fortalecimento e a qualidade da gestão educacional democrática, e que para tanto solicitações de ofícios, reuniões presenciais ou virtuais de cunho pedagógico, administrativo e técnico, contribuem para essa articulação.

A articulação eficaz é garantida por solicitações por meio de ofícios, para formalizar necessidades e propostas entre a escola e a mantenedora, e por reuniões presenciais e virtuais (Pedagógicas, Técnicas e Administrativas) para discutir políticas, estratégias e acompanhar o desenvolvimento escolar.

A unidade educacional depende do apoio e suporte da mantenedora para recursos financeiros, infraestrutura, desenvolvimento curricular e formação de professores. Em contrapartida, a mantenedora acompanha e avalia o desempenho da unidade educacional, garantindo que as metas e objetivos estejam sendo alcançados conforme as diretrizes institucionais.

Para promover uma articulação eficaz, são estabelecidos canais de comunicação claros e eficientes, incluindo reuniões periódicas, relatórios de desempenho, feedbacks regulares e discussões sobre políticas e estratégias educacionais. Ambas as partes trabalham em colaboração, respeitando e valorizando as contribuições mútuas para o sucesso da instituição como um todo.

2.3.8- Articulação entre os profissionais da educação e crianças e/ou estudantes

Para nossa escola, o professor deve acolher as diferenças e as considerar no processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo que cada estudante aprende de uma forma diferente, tem um contexto próprio e precisa ser reconhecido como indivíduo.

Para tanto, conhecemos a realidade do aluno, da sua família e da comunidade em que a escola e estes estudantes estão inseridas, e assim criamos um ambiente afetivo, o qual favorece a confiança, sentimento indispensável para motivar o aluno.

Neste sentido, utilizando da afetividade como instrumento no processo de aprendizagem, construímos uma relação dialógica que articula a participação de todos no processo de ensino e aprendizagem.

2.3.9- Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA

Nossa escola, não só pela Lei 14,811/2024, de 12/01/2024, que instituiu medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, definindo a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, mas pelo comprometimento com sua contribuição na formação social e humana, incentiva a partir de dinâmicas e ações o respeito mútuo e a afetividade.

A nova lei tipifica Bullying como “Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais” e **garante como punição a multa, se a conduta não constituir crime mais grave**. Já o Cyberbullying é caracterizado na legislação “se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, de jogos online ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real”. Neste caso, **a pena é de reclusão de dois a quatro anos e multa**.

Conduzimos conversas como alerta para os perigos da Internet e mostramos exemplos verdadeiros desses perigos (notícias nas mídias, por exemplo, fake news), as precauções com a exposição nas redes sociais, e a importância da privacidade.

Desta forma vamos conduzindo e construindo valores e princípios, os quais contribuirão positivamente na formação social e humana de todos.

2.4- CONCEPÇÕES DE PLANEJAMENTO

2.4.1- Fundamentação Teórica

A nossa concepção de planejamento é a de enquanto dialética, pois tem no planejamento a práxis que surge da realidade, e que consolida tarefas e saberes críticos, criativos, reflexivos, transformadores para sua vida e sua comunidade. Acreditamos que o planejamento transforma e traz mudanças na Educação Escolar.

Diferente da concepção tradicional, a qual o planejamento de ensino é de um “roteiro” aplicado a qualquer realidade; Orienta o professor; estreita relação entre planejar e acontecer; não se preocupa em contemplar o contexto social e as necessidades individuais dos alunos. É um “guia”, sempre retomado, servindo para anos e anos, com reprodução de códigos. (BRITO, 2015).

2.4.2- Plano de Ação para a Recomposição da Aprendizagem (Considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono /evasão e relação idade/ano)

No contexto educacional, um termo vem ganhando força e importância: a recomposição de aprendizagens. O conceito traz a ideia de que a aprendizagem não ocorreu de forma adequada, podendo ser em função da pandemia, ou por defasagem, ou

outros problemas existentes no ambiente escolar e, por isso, deve ser reorganizada com foco no desenvolvimento dos alunos, indo além da mera “recuperação de aprendizagem”. Para isso, são necessárias diferentes estratégias, como acolhimento aos estudantes, avaliação diagnóstica, flexibilização curricular, tutoria, acompanhamento pedagógico e formação dos professores. (BERNARDO, 2022).

É importante identificar os principais fatores que podem estar influenciando a falta de progresso. Pode ser que a criança esteja enfrentando dificuldades específicas em alguns conteúdos ou até mesmo questões emocionais que impactam seu aprendizado. Nesse sentido, organizamos algumas ações / atividades que auxiliarão na recomposição da aprendizagem dos alunos.

A recomposição de aprendizagem ocorrerá tanto nas aulas de reforço escolar no contraturno, como também durante as aulas em período regular, com atividades que seguem especificadas:

Escola Municipal do Campo José Chemure		
Plano de ação para a recomposição de aprendizagem (considerando os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono/evasão e relação idade/ano)		
Ação	Período de aplicação	Responsáveis
Diagnóstico das Dificuldades: Realizar uma avaliação mais detalhada para entender exatamente onde está a dificuldade em matemática e em português, levando em consideração os conteúdos e habilidades essenciais de cada série. Isso ajudará a direcionar as intervenções e ações necessárias para a recomposição.	No início de cada trimestre ou assim que a criança for transferida para a escola	Professores
Reforço escolar personalizado: Implementar programas de reforço escolar personalizado, com foco nas necessidades individuais dos alunos. Isso pode incluir aulas de apoio, tutorias, atividades complementares e	No decorrer do ano	Professores

<p>materiais de estudo específicos para cada aluno.</p> <p>Aulas Personalizadas: Focar em estratégias diferenciadas, com atividades que atendam ao ritmo de aprendizado do aluno.</p> <p>Reforço Positivo: Elogiar os pequenos progressos para aumentar a motivação.</p>		
<p>Recursos educacionais adequados: Garantir o acesso a recursos educacionais adequados, como livros didáticos, materiais de apoio, Usar jogos, atividades práticas, materiais visuais e atividades lúdicas para tornar o aprendizado mais interessante, tecnologia educacional e recursos digitais, que possam auxiliar no processo de recomposição da aprendizagem.</p> <p>Metodologias Ativas.</p>	<p>No decorrer do ano</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação</p>
<p>Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP): Os alunos são convidados a resolver problemas reais ou realizar projetos que integrem diferentes áreas do conhecimento, tornando o aprendizado mais significativo e prático.</p> <p>Relacionar o conteúdo com situações do dia a dia dos alunos ou com temas atuais. Quanto mais próximo da realidade deles, maior será o engajamento e a compreensão.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uso de Recursos Multimodais • Materiais Visuais e Audiovisuais: Diagramas, mapas conceituais, vídeos explicativos e infográficos 	<p>Trimestralmente</p>	<p>Professores</p>

<p>ajudam a ilustrar conteúdos complexos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Jogos Educativos e Simulações: Simulações, jogos e atividades práticas permitem que os alunos “experimentem” o conteúdo de forma prática e lúdica. 		
<p>Formação de professores: Formação contínua aos professores, capacitando-os para identificar e abordar as defasagens de aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias pedagógicas diferenciadas e recursos didáticos adequados.</p>	<p>No decorrer do ano</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação</p>
<p>Acompanhamento individualizado: Realizar um acompanhamento individualizado dos alunos, monitorando seu progresso e oferecendo suporte adicional quando necessário. Isso pode incluir reuniões periódicas com os pais ou responsáveis para discutir o desempenho e o desenvolvimento dos alunos.</p>	<p>Trimestralmente</p>	<p>Professores</p>
<p>Intervenção pedagógica: Implementar intervenções pedagógicas específicas para os alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, oferecendo atividades e estratégias diferenciadas para auxiliá-los a superar as defasagens.</p>	<p>Sempre que necessário</p>	<p>Professores</p>
<p>Parceria com a comunidade: Estabelecer parcerias com a comunidade local, organizações não governamentais e outras instituições para oferecer suporte adicional aos alunos, como atividades</p>	<p>No decorrer do ano</p>	<p>Secretaria Municipal de</p>

extracurriculares, programas de mentoria e acesso a serviços de saúde e bem-estar.		educação e professores
--	--	------------------------

Para tanto, indicadores oriundos do Programa Indica, Avaliação de Fluência de Leitura, Censo escolar e Prova Paraná, também auxiliam no planejamento das ações necessárias a serem tomadas para recomposição da aprendizagem.

Os dados utilizados estão presentes nas seguintes plataformas: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb> <https://indicaopet.com.br/index.php/login>, entretanto, o acesso é restrito, e neste caso, os dados estão disponíveis na escola para eventuais consultas.

2.4.3- Plano de Ação do Diretor

2.4.4- Plano de Ação do Pedagogo Coordenador

2.4.5- Plano de Ação do Pedagogo Orientador

A escola não é detentora desse modelo de plano, visto seguir orientações da SEMEDI – Departamento de Educação do Campo para tanto.

Além de seguir o disposto na LEI COMPLEMENTAR 182/2015 – PARANAGUÁ, a qual dispõe sobre a gratificação do campo, que institui as funções do professor da escola do campo, que além de docente, exercerá as funções de serviços administrativos e pedagógicos, sob o acréscimo de 30% no seu salário base.

2.4.6- Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa

Nossa escola faz parte do quadro de escolas do campo, por tanto, seguimos o que tange a LEI COMPLEMENTAR 182/2015 – PARANAGUÁ, a qual dispõe sobre a gratificação do campo, e funções exercidas pelo professor, a qual vai além da docência, exercerá também as funções de serviços administrativos e pedagógicos. No entanto, a equipe técnico administrativa, pertencente a SEMEDI, fornece apoio quando necessário.

2.4.7- Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional

A escola conta apenas com uma servente para serviços de limpeza do ambiente escolar. No entanto, as orientações ao seu trabalho são realizadas pela SEMEDI – Departamento do Campo.

A escola, seguindo o pressuposto da LEI COMPLEMENTAR 182/2015, realiza um cronograma que visa auxiliar na organização e execução da limpeza da escola.

Atividades diárias				
Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta - feira
Limpeza das salas	Limpeza das salas	Limpeza das salas	Limpeza das salas	Limpeza das salas
Banheiros	Banheiros	Banheiros	Banheiros	Banheiros
Pátio	Almoxarifado	Pátio / calçadas	Portas e vidros	Armários / prateleiras

2.4.9- Plano de Trabalho Docente (Estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP)

Os planejamentos serão enviados via e-mail, uma vez ao mês, mais precisamente todo dia 25 de cada mês, para a supervisora pedagógica e diretora de departamento da educação do campo, que realizam a correção e se encontram nas dependências da SEMEDI.

O planejamento deverá seguir o modelo apresentado pela SEMEDI, e elaborado a partir do Currículo Municipal.

2.4.10- Plano de Atendimento Educacional Especializado

Não se aplica no momento.

2.4.11- Plano de atendimento pedagógico domiciliar

Não se aplica no momento.

2.5- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1- Fundamentação Teórica

De acordo com as Diretrizes Municipais Operacionais para a Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR, instituído em 2011, temos as seguintes deliberações sobre o currículo:

Art. 6º As Escolas do Campo terão seus conteúdos idênticos aos dos currículos das demais Instituições rede municipal de ensino, no nível de ensino que atendem, garantindo a equidade educacional.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral deverá promover adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. 1.5.1. Descrição do espaço físico e equipamentos.

2.5.2- Direitos e objetivos de Aprendizagem

De acordo com as Diretrizes Municipais Operacionais para a Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá/PR, instituído em 2011, temos as seguintes deliberações sobre os direitos e objetivos de aprendizagem:

I Assegurar uma educação de qualidade, garantindo o acesso, a apropriação do conhecimento e a formação da cidadania, como direito humano, superando as desigualdades socioespaciais, étnico-raciais, de gênero, geracionais e de pessoas com deficiência.

II Garantir a universalização do acesso e permanência com qualidade, da população do campo a Educação Infantil e Ensino Fundamental, respaldada pelos pressupostos de uma educação inclusiva.

III Criar uma Escola de Educação Básica com identidade própria para o aluno do campo;

IV Fomentar a construção de Projeto Político Pedagógico com a escola do campo, aproveitando o saber local, podendo apropriar do saber produzido, e de outros saberes;

V Valorizar o conhecimento dos diferentes sujeitos tanto da aprendizagem, quanto da própria produção de conhecimento: crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres;

VI Respeitar a heterogeneidade da relação desses sujeitos com a terra, com o mundo do trabalho e da cultura.

VII Vincular a educação do campo a um projeto de desenvolvimento, incluindo o povo como sujeito da construção de novas alternativas, baseadas na justiça social e na diminuição das desigualdades.

2.5.3- Concepção de Ensino e Aprendizagem

A concepção defendida aqui é que o processo de ensino-aprendizagem é uma integração dialética entre o instrutivo e o educativo que tem como propósito essencial contribuir para a formação integral da personalidade do aluno. O educativo se logra com a formação de valores, sentimentos que identificam o homem como ser social, compreendendo o desenvolvimento de convicções, vontade e outros elementos da esfera volitiva e afetiva que junto com a cognitiva permitem falar de um processo de ensino-aprendizagem que tem por fim a formação multilateral da personalidade do homem. (ADDINE, 1998).

2.5.4-Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do AEE e do recreio dirigido)

A rotina de uma sala de aula multisseriada no Ensino Fundamental, Séries Iniciais, é caracterizada por um ambiente onde alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem convivem e aprendem juntos. Essa organização exige do professor uma gestão flexível e adaptativa, pois ele precisa planejar atividades que atendam às necessidades de todos os alunos simultaneamente, de modo que cada um avance conforme seu ritmo e estágio de desenvolvimento.

Nós, docentes trabalhamos com turmas compostas por alunos de diferentes séries, como 1º e 3º anos, ou até 1º ao 5º ano, o que demanda atividades diversificadas. Por exemplo, podemos usar projetos interdisciplinares que envolvem leitura, escrita e atividades práticas, permitindo que os alunos mais velhos ajudem os mais novos, promovendo a cooperação e a aprendizagem coletiva. Isso também oferece a oportunidade de trabalhar com diferentes metodologias, como o ensino por projetos, aprendizagem baseada em jogos e atividades lúdicas. Em geral, a rotina inclui momentos de estudo individuais, em grupo, e

atividades coletivas que permitem ao professor lidar com as diversidades e promover o aprendizado de forma inclusiva e dinâmica.

A abordagem pedagógica nas turmas multisseriadas foca no desenvolvimento integral dos alunos, valorizando tanto as competências acadêmicas quanto as habilidades sociais, de território e emocionais.

O recreio dirigido é uma prática pedagógica que visa organizar o momento de lazer dos alunos de forma mais estruturada, promovendo atividades que complementem o aprendizado e o desenvolvimento social e emocional. Durante o recreio dirigido, os alunos são incentivados a participar de jogos, atividades culturais ou educativas, como leituras, discussões em grupo e brincadeiras organizadas. Essa abordagem busca aproveitar o tempo livre de maneira produtiva, incentivando a interação entre os estudantes, desenvolvendo habilidades como trabalho em equipe, respeito ao próximo e autonomia. Além disso, o recreio dirigido pode ser uma oportunidade para os professores observarem e intervirem de forma mais ativa no comportamento e nas relações sociais dos alunos, contribuindo para a formação de um ambiente escolar mais saudável e colaborativo.

TURMA	PERÍODO	Nº CRIANÇAS	FAIXA ETÁRIA	Nº PROFESSOR
PRÉ I E PRÉ II	VESPERTINO	07	04-05 ANOS	1 REGENTE 1 CORREGENTE
1º ANO	VESPERTINO	07	06 – 07 ANOS	1 REGENTE 1 CORREGENTE
2º E 3º ANO	MATUTINO	08	07/09 ANOS	1 REGENTE 1 CORREGENTE
4º E 5º ANO	MATUTINO	09	09-11 ANOS	1 REGENTE 1 CORREGENTE

QUADRO DE HORÁRIOS DAS TURMAS, POR TURNO

MANHÃ			TARDE		
2º ANO / 3º		7:30 às 11:30	PRÉ I E PRÉ II		13:00 às 17:00
4º ANO 5º ANO			1º ANO		

2.6- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1- Fundamentação Teórica

A concepção de avaliação escolar refere-se à maneira como a escola ou os professores entendem, planejam e realizam os processos avaliativos no contexto educativo. Essa concepção é influenciada por teorias pedagógicas e objetivos específicos, e pode variar de acordo com a abordagem adotada. Para tanto, em nossa escola, adotamos as seguintes práticas avaliativas:

Formativa

- Objetivo: Acompanhar o processo de aprendizagem, identificar dificuldades e ajustar a prática pedagógica para promover melhorias.
- Características:
 - Foco no desenvolvimento do aluno ao longo do tempo.
 - Uso de instrumentos variados, como observação, relatórios, autoavaliações e atividades práticas.
 - Feedback contínuo para ajudar o aluno a avançar.
 - Valorização da participação ativa dos estudantes.
 - Promover uma aprendizagem significativa a qual respeita os ritmos individuais.

Diagnóstica

- Objetivo: Identificar as habilidades, conhecimentos prévios e dificuldades do aluno para planejar estratégias pedagógicas mais adequadas.
- Características:
 - Geralmente realizada no início de um ciclo / período.
 - Não tem caráter punitivo, mas orientador.
 - Auxilia o professor na personalização do ensino.
 - Conexão: Está associada à avaliação formativa, pois ambas ajudam no acompanhamento / avanço contínuo.

Somativa

- Objetivo: Registrar o aprendizado final do aluno, geralmente no encerramento de um ciclo ou período.
- Características:
 - Verifica se os objetivos educacionais foram alcançados.
 - Usada para gerar relatórios ou certificações.
 - Aplica provas finais, trabalhos e outros instrumentos de caráter conclusivo.

Conexão com a Prática Pedagógica:

A escolha da concepção de avaliação reflete os valores e objetivos da escola. Por exemplo, uma abordagem mais humanista e progressista tende a priorizar a avaliação formativa, enquanto instituições tradicionais podem focar na avaliação classificatória.

Na prática, é possível (e recomendável) combinar diferentes concepções para atender às diversas necessidades dos alunos, equilibrando momentos de diagnóstico, acompanhamento e síntese de resultados.

Neste sentido, seguimos as concepções de autores reconhecidos que abordam a avaliação formativa:

“A avaliação formativa é aquela que visa essencialmente ajudar o aluno a aprender e a se desenvolver, oferecendo-lhe feedback constante e instrumentos para compreender seus erros e dificuldades, para que ele próprio possa tomar parte no controle de sua aprendizagem.” PERRENOUD (1999).

“A avaliação formativa caracteriza-se por um acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem, com a finalidade de diagnosticar os progressos e as dificuldades, a fim de subsidiar o educador na reorganização do ensino e do próprio aluno em sua caminhada na construção do conhecimento.” LUCKESI (1996).

Essas perspectivas reforçam o caráter pedagógico e não punitivo da avaliação formativa, que prioriza o desenvolvimento integral do estudante.

2.6.2- O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/desenvolvimento

Um processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/desenvolvimento deve considerar as especificidades do desenvolvimento integral da criança, respeitando suas características, potencialidades e singularidades. Na Educação Infantil, a avaliação não tem caráter classificatório, mas diagnóstico e reflexivo, orientando as práticas pedagógicas para atender às necessidades do desenvolvimento infantil.

Princípios Fundamentais:

1. Visão de Infância:

- A criança é vista como sujeito ativo, capaz de construir conhecimento e interagir com o mundo.
- Respeita-se o ritmo individual de desenvolvimento e aprendizagem, considerando as crianças em suas múltiplas dimensões (cognitiva, emocional, social, física, cultural).

2. Concepção de Educação Infantil:

- A Educação Infantil é um espaço de cuidado, brincadeira e aprendizagem, promovendo o desenvolvimento integral da criança.

- Avaliação é parte do processo pedagógico, não uma medida de desempenho.

3. Aprendizagem e Desenvolvimento:

- Fundamenta-se em abordagens como a de Vygotsky, que enfatiza o papel das interações sociais e da mediação pedagógica na construção do conhecimento.

- Reconhece a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), em que a criança pode avançar com o suporte adequado.

Características do Processo Avaliativo Coerente, o qual a escola considera em sua prática pedagógica:

1. Avaliação Formativa e Diagnóstica:

- Deve identificar as necessidades e potencialidades da criança, contribuindo para a adequação das práticas pedagógicas.

- Foco em observações sistemáticas, registros (escritos, fotográficos, portfólios) e diálogos com as crianças e famílias.

2. Valorização do Brincar:

- A brincadeira é reconhecida como a principal forma de expressão e aprendizagem da criança.

- A avaliação deve observar a interação da criança com os pares, materiais e ambientes durante atividades lúdicas.

3. Documentação Pedagógica:

- Registros contínuos do processo de aprendizagem, como portfólios, relatórios descritivos e fotos.

- Essas ferramentas permitem acompanhar o progresso das crianças de forma qualitativa, envolvendo também as famílias no processo.

4. Respeito à Singularidade:

- Cada criança é avaliada com base em seu contexto, experiências e ritmo de desenvolvimento.

- O objetivo não é comparar crianças entre si, mas reconhecer o percurso único de cada uma.

5. Participação das Crianças:

- As crianças são incentivadas a expressar sentimentos, ideias e percepções sobre o que aprendem e fazem.

- Esse aspecto valoriza a autonomia e a capacidade reflexiva.

Em nossa escola seguimos a orientação da Base Legal (Brasil):

A avaliação na Educação Infantil é respaldada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que preveem:

- A avaliação como processo qualitativo e contínuo, sem caráter de promoção ou retenção.
- A documentação do percurso de aprendizagem como meio de refletir e planejar a prática educativa.

Assim, o processo avaliativo na Educação Infantil deve atuar como um instrumento de escuta, reflexão e planejamento, promovendo uma educação inclusiva e significativa que respeite a essência da infância.

2.6.3- Análise de avanços e dificuldades pedagógicas

A análise de avanços e dificuldades pedagógicas é um processo essencial para acompanhar e entender o desenvolvimento dos estudantes, ajustando as práticas pedagógicas para promover uma aprendizagem mais efetiva. Essa análise envolve observar, registrar e refletir sobre o progresso individual e coletivo dos alunos, com o objetivo de identificar tanto conquistas quanto obstáculos no processo de ensino-aprendizagem.

Componentes da Análise:

1. Avanços Pedagógicos:

- Referem-se às habilidades e competências que os alunos estão desenvolvendo de acordo com os objetivos planejados.
- Podem ser percebidos por meio de:
- Melhoria na compreensão de conceitos.
- Aplicação de conhecimentos em situações práticas.
- Participação mais ativa em atividades e discussões.
- Desenvolvimento de autonomia e pensamento crítico.

2. Dificuldades Pedagógicas:

- Representam os obstáculos que impedem o progresso esperado na aprendizagem.
- Podem estar relacionados a fatores como:
- Dificuldades cognitivas: compreensão de conceitos, leitura, escrita ou raciocínio lógico.

- Fatores emocionais: baixa autoestima, insegurança ou desmotivação.
- Questões sociais: falta de suporte familiar, dificuldades de convivência ou barreiras culturais.
- Fatores externos: ausência de recursos, metodologias inadequadas ou descompasso entre o ensino e o nível de desenvolvimento do aluno.

Instrumentos utilizados para Análise:

1. Observação:
 - Fundamental para compreender o comportamento, o desempenho e a interação do aluno no ambiente escolar.
2. Registros de Avaliação:
 - Portfólios, relatórios descritivos, listas de presença e fichas de acompanhamento.
3. Atividades Práticas:
 - Resultados de exercícios, projetos e produções escritas ou artísticas.
4. Diálogo:
 - Conversas com os alunos, famílias e equipe pedagógica para compreender o contexto e as necessidades.

Como realizamos a Análise:

1. Planejamento:
 - Definir critérios claros para o que será avaliado (habilidades específicas, comportamentos, etc.).
 - Usar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como referência para objetivos de aprendizagem.
2. Coleta de Dados:
 - Registrar evidências ao longo do processo (observações, avaliações, feedback dos alunos).
3. Identificação de Padrões:
 - Verificar recorrências nos avanços ou dificuldades, considerando fatores individuais e contextuais.
4. Reflexão e Planejamento:
 - Interpretar os dados à luz de teorias pedagógicas e ajustar práticas de ensino, como introduzir novas estratégias ou reforçar conteúdos.

Ações para Superar Dificuldades:

1. Personalização do Ensino:

- Adequar atividades ao nível de desenvolvimento de cada aluno, respeitando seu ritmo de aprendizagem.

2. Apoio Individualizado:

- Trabalhar dificuldades específicas com reforço escolar, tutorias ou grupos de apoio.

3. Engajamento Emocional e Social:

- Promover atividades que estimulem a confiança, a colaboração e a motivação.

4. Formação Docente / contínua

Realizar análises frequentes garante que o processo pedagógico seja flexível e centrado no aluno. O objetivo não é apenas identificar problemas, mas criar soluções para que cada estudante tenha oportunidade de alcançar seu potencial. A análise integrada entre família, professores e equipe pedagógica fortalece a construção de uma educação inclusiva e de qualidade.

2.6.4- Instrumentos para os registros do processo avaliativo na educação infantil

Na Educação Infantil, os instrumentos de registro do processo avaliativo são fundamentais para acompanhar o desenvolvimento integral das crianças. Esses registros ajudam a documentar o progresso, identificar necessidades e orientar as práticas pedagógicas, sempre com foco no caráter qualitativo e contínuo da avaliação.

Principais Instrumentos de Registro utilizados em nossa instituição:

1. Relatórios Descritivos

2. Portfólios

3. Registro de Observações

4. Documentação Pedagógica (Fotografias, vídeos e áudios que capturam momentos significativos do cotidiano escolar).

5. Fichas de Acompanhamento

6. Diário de Classe

7. Entrevistas e Diálogos com as Crianças (Conversas formais ou informais para compreender percepções, interesses e opiniões das crianças: Exemplo: “O que você mais gostou de fazer hoje?” ou “Por que você escolheu essas cores para o desenho?”).

8. Murais ou Painéis Coletivos

Aspectos Importantes no uso dos Instrumentos:

- Periodicidade: Os registros devem ser feitos regularmente para acompanhar o progresso de forma contínua.
- Contexto Lúdico: Respeitar o caráter brincante da Educação Infantil, observando as aprendizagens em situações naturais e espontâneas.
- Participação das Crianças: Sempre que possível, incluir as crianças no processo avaliativo, valorizando sua autonomia e expressão.
- Compartilhamento com as Famílias: Manter as famílias informadas sobre os registros, fortalecendo a parceria escola-família.

Esses instrumentos ajudam o professor a compreender cada criança de forma integral, garantindo um acompanhamento sensível e personalizado que valoriza a singularidade do desenvolvimento infantil.

2.6.5- Avaliação institucional

A avaliação institucional é um processo sistemático e contínuo que busca analisar, refletir e melhorar o funcionamento das instituições educacionais como um todo. Diferentemente da avaliação voltada exclusivamente para alunos ou professores, ela abrange diversos aspectos da instituição, como a gestão, o ambiente, os recursos e as práticas pedagógicas, visando a qualidade do ensino e o cumprimento dos objetivos educacionais.

Objetivos da Avaliação Institucional em nossa escola:

- Diagnosticar a realidade da instituição
- Planejar e tomar decisões
- Orientar estratégias para alcançar metas educacionais e institucionais.
- Garantir a qualidade do ensino:
- Promover a eficiência na gestão e o alinhamento com as demandas da comunidade escolar.
- Prestar contas à sociedade:
- Oferecer transparência sobre o desempenho e as ações da instituição.

Dimensões da Avaliação Institucional:

De acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, as dimensões podem incluir:

Gestão Institucional:

- Organização administrativa e liderança.
- Planejamento e execução de projetos.

Dimensão Pedagógica:

- Currículo, métodos de ensino e avaliação da aprendizagem.
- Formação docente e práticas pedagógicas.

Infraestrutura:

- Condições físicas, equipamentos e recursos didáticos.

Relação com a Comunidade:

- Impacto social, parcerias e integração com as demandas locais.

Resultados Educacionais:

- Taxas de aprovação, evasão e indicadores de desempenho.

Tipos de Avaliação Institucional realizadas em nossa instituição:

1. Interna (Autoavaliação):

- Realizada pela própria instituição, envolvendo todos os seus membros (gestores, professores, alunos e comunidade).
- Exemplo: Aplicação de questionários para identificar pontos de melhoria.

2. Externa:

- Conduzida por órgãos ou agências reguladoras, como o MEC no Brasil.

Instrumentos de Avaliação Institucional:

- Questionários: Aplicados a professores, alunos, gestores e funcionários para coleta de dados.
- Relatórios: Documentação de ações e resultados das práticas pedagógicas e administrativas.
- Indicadores de Desempenho: Análise de taxas de aprovação, desempenho dos alunos e inserção no mercado de trabalho.

Importância da Avaliação Institucional:

- Melhoria Contínua: Identificar falhas e adotar medidas corretivas.

- Participação Coletiva: Estimular o envolvimento de todos os membros da comunidade escolar.
- Transparência: Demonstrar à sociedade como a instituição utiliza seus recursos e cumpre sua missão educacional.

A avaliação institucional é um mecanismo essencial para promover a qualidade e a eficácia das práticas educacionais, além de alinhar a instituição às expectativas sociais, culturais e econômicas. Ela deve ser vista como um processo construtivo e participativo, que contribui para a consolidação de uma educação de excelência.

2.6.6- Recuperação paralela de estudos

A recuperação paralela de estudos é uma estratégia pedagógica que busca oferecer suporte adicional aos estudantes que apresentam dificuldades em acompanhar o conteúdo curricular durante o período regular de aulas. Diferente da recuperação final ou contínua, ela ocorre ao longo do ano letivo, de forma simultânea às atividades escolares regulares, com o objetivo de evitar a defasagem e promover a aprendizagem.

Objetivos da Recuperação Paralela

1. Atender às necessidades individuais:
 - Identificar dificuldades específicas e trabalhar de maneira direcionada.
2. Promover a equidade no aprendizado:
 - Garantir que todos os alunos tenham condições de atingir os objetivos de aprendizagem.
3. Evitar a retenção escolar:
 - Reduzir o índice de reprovação ao corrigir lacunas de aprendizagem de forma imediata.
4. Fortalecer a autoestima dos alunos:
 - Proporcionar um ambiente de apoio que motive o estudante a superar dificuldades.

Características da Recuperação Paralela:

1. Intervenção Personalizada:
 - As atividades são planejadas com base nas dificuldades específicas de cada aluno ou grupo.
 - Envolve diagnósticos contínuos para ajustar os conteúdos e métodos.

2. Flexibilidade de Horários:

- Pode ocorrer no contraturno, durante períodos específicos ou integrando-se às aulas regulares.

3. Metodologias Diversificadas:

- Uso de estratégias diferenciadas, como jogos pedagógicos, oficinas e atividades práticas.

4. Acompanhamento Contínuo:

- Realizada em ciclos curtos, permitindo monitorar os avanços constantemente.

Etapas de Implementação:

1. Identificação de Dificuldades:

- Aplicação de instrumentos diagnósticos (provas, observações ou atividades) para mapear os pontos que precisam de atenção.

2. Planejamento Pedagógico:

- Criação de um plano de recuperação com objetivos claros, atividades específicas e estratégias de ensino adaptadas.

3. Execução:

- Realização de aulas ou atividades complementares, focadas nas habilidades e competências em defasagem.

4. Avaliação e Reajuste:

- Verificação dos avanços obtidos e, se necessário, adaptação das estratégias para atender melhor às necessidades.

A recuperação paralela é essencial para garantir que o processo de ensino-aprendizagem seja inclusivo e efetivo. Ela atua não apenas como um instrumento de suporte acadêmico, mas também como uma ferramenta para fortalecer a confiança e o interesse dos alunos, promovendo seu desenvolvimento integral.

2.6.7- Avaliação externa

A avaliação externa é um processo realizado por órgãos ou instituições externas à unidade educacional, com o objetivo de verificar a qualidade e a eficiência do ensino oferecido, os resultados obtidos pelos alunos e outros aspectos relacionados ao

desempenho escolar. Ela é usada como um instrumento de diagnóstico para orientar políticas públicas, decisões pedagógicas e práticas de gestão educacional.

Avaliações Externas que ocorrem em nossa escola:

1. Prova Brasil/Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica):

- Avaliação de desempenho e de fluência em Língua Portuguesa e Matemática de alunos do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental; (Os resultados compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB).

2. Avaliações estaduais e municipais: A **Prova Paraná Mais** é uma avaliação em larga escala, que avalia, de forma censitária, o desempenho dos estudantes do 2.º e 5.º anos do ensino Fundamental - Anos Iniciais e 9.º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais e 3.ª e 4.ª séries do Ensino Médio da rede estadual do Paraná, bem como, dos estudantes das redes municipais paranaenses.

Logo, também é realizada em nossa escola a avaliação em larga escala com o Programa InDica de Gestão da Avaliação, um programa que visa apresentar informações diagnósticas sobre a aprendizagem dos alunos, da escola e do município. As informações estão distribuídas nos relatórios da plataforma digital inDICA, com a devolutiva, referente aos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática, com relatórios de proficiência por escola, ano, turma e estudante.

Articulação com Avaliação Interna: Para ser efetiva, a avaliação externa deve dialogar com a avaliação interna das escolas. Enquanto a avaliação externa fornece dados para comparação e políticas públicas, a avaliação interna permite ajustes específicos às necessidades dos alunos e das comunidades escolares. A combinação dessas avaliações contribui para uma educação mais justa, inclusiva e de qualidade.

2.6.8- Organização e efetivação dos Conselhos de Classe, pré e pós conselhos

A organização e efetivação dos Conselhos de Classe, incluindo as etapas pré e pós-conselhos, são processos fundamentais na gestão pedagógica de uma instituição escolar. Os Conselhos de Classe têm como objetivo avaliar, refletir e planejar estratégias para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, envolvendo a equipe docente e, em alguns casos, outros membros da comunidade escolar.

1. Organização dos Conselhos de Classe:

- Avaliar o desempenho acadêmico e comportamental dos alunos.
- Identificar dificuldades e propor intervenções pedagógicas.

- Promover o alinhamento entre os docentes e outros profissionais.

2. Participantes:

- Professores, coordenação pedagógica, direção e, eventualmente, representantes dos estudantes e familiares.

3. Cronograma e Frequência:

- Os conselhos serão realizados trimestralmente e conforme o calendário escolar.
- Deve-se prever momentos específicos para reuniões pré e pós-conselho.

4. Registro Formal:

- As decisões e reflexões devem ser documentadas em ata, garantindo a sistematização e o acompanhamento das ações propostas.

- Compartilhamento de percepções sobre o desempenho e comportamento dos alunos.

5. Planejamento de Intervenções:

- Elaboração de propostas iniciais para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Os Conselhos de Classe, quando bem estruturados, tornam-se instrumentos eficazes para uma gestão pedagógica inclusiva e transformadora.

2.7- CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1- Fundamentação Teórica

A formação continuada para professores é um processo essencial para a qualificação docente e para a melhoria da prática pedagógica. Ela consiste em oferecer oportunidades de aprendizado permanente, garantindo que os educadores atualizem seus conhecimentos e desenvolvam competências para enfrentar os desafios das mudanças sociais, culturais e tecnológicas que impactam o ambiente escolar. Essa concepção está fundamentada na ideia de que a formação inicial não é suficiente para abarcar todas as demandas da profissão, exigindo momentos de reflexão, troca de experiências e aprofundamento teórico ao longo da carreira. Assim, a formação continuada se apresenta como uma estratégia para

transformar a prática docente, promovendo não apenas o desenvolvimento profissional, mas também impactos positivos no desempenho dos alunos.

“A prática docente nunca pode ser dada como acabada, não se pode pensar que do jeito que está seria ideal, pois tem sempre o que melhorar”. (HENGEMÜHLE 2008).

Ela reflete sobre a natureza dinâmica e em constante evolução da formação continuada de professores, enfatizando que a prática docente requer ajustes e aprimoramentos contínuos para atender às demandas do ensino e da aprendizagem. A formação continuada não é apenas um direito, mas uma necessidade do professor, que precisa constantemente ressignificar sua prática para acompanhar as transformações do mundo e da educação.

2.7.2- Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora

A formação continuada para professores, oferecida presencialmente pela SEMEDI (Secretaria Municipal de Educação), é organizada para ocorrer durante as semanas pedagógicas e em outros períodos definidos nos cronogramas mensais. Esses encontros têm como objetivo aprimorar as práticas educacionais e atualizar os docentes com novas metodologias e estratégias de ensino, assegurando o alinhamento às metas e diretrizes pedagógicas estabelecidas pelo município.

2.7.3- Formação continuada na instituição conforme a Instrução da Hora atividade no 01/2018 disponível no link: <https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/N01HORAATIVIDADE.pdf>

A formação continuada na instituição segue as diretrizes estabelecidas pela Instrução da Hora Atividade nº 01/2018, regulamentada pela SEMEDI e disponível no site oficial da Prefeitura de Paranaguá. Este documento organiza a hora-atividade, detalhando como o tempo dedicado ao planejamento e à formação deve ser distribuído e utilizado pelos professores, garantindo que o desenvolvimento profissional ocorra de forma estruturada e produtiva. Para mais detalhes, o conteúdo completo pode ser acessado no link oficial supracitado.

2.7.4- Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição

A formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição envolve o desenvolvimento profissional dos educadores por meio de cursos, seminários, workshops e eventos realizados fora do ambiente escolar tradicional. Esses espaços, como universidades, centros de formação, e até mesmo experiências de campo, oferecem aos professores a oportunidade de se atualizar sobre novas práticas pedagógicas, teorias educacionais e inovações tecnológicas. Além de promover o aprendizado teórico, essa formação também estimula a troca de experiências entre profissionais de diferentes contextos, o que pode enriquecer a prática docente na escola. Essas atividades são essenciais para manter os professores engajados e preparados para as constantes mudanças no cenário educacional, refletindo diretamente na melhoria da qualidade do ensino.

Esses momentos são realizados pela mantenedora, por empresas parceiras e também por empresas terceirizadas.

2.7.5- Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas

A formação continuada em plataformas virtuais, tanto institucionais quanto externas, oferece aos professores a flexibilidade de se atualizar e aprimorar suas competências pedagógicas por meio de cursos online, webinars e outras atividades virtuais. As plataformas institucionais são geralmente oferecidas pelas próprias redes de ensino e escolas, com foco nas necessidades e diretrizes locais, enquanto as externas incluem recursos oferecidos por universidades, empresas especializadas e organizações educacionais, abordando uma variedade de temas e metodologias. Esse modelo de formação proporciona acesso a conteúdos atualizados, promove a interação entre educadores de diferentes localidades e permite que os professores se capacitem de maneira prática e acessível, sem a necessidade de deslocamento físico. As plataformas virtuais são essenciais para a democratização da educação continuada, atingindo uma maior quantidade de profissionais em diversas regiões.

3- MATRIZ CURRICULAR

N°	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	Carga Horária Semanal das Seriações					O (*)
			1	2	3	4	5	
1	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0	0	0	0	0	S
2	MATEMATICA (201)	BNC	0	0	0	0	0	S
3	CIENCIAS (301)	BNC	0	0	0	0	0	S
4	GEOGRAFIA (401)	BNC	0	0	0	0	0	S
5	HISTORIA (501)	BNC	0	0	0	0	0	S
6	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0	0	0	0	0	S
7	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0	0	0	0	0	S
8	ARTE (704)	BNC	0	0	0	0	0	S
		Total C.H. Semanal	0	0	0	0	0	

4- PROPOSTA CURRICULAR

Currículo educação Infantil

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>

Currículo Ensino Fundamental

<https://semi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

Currículo da Educação Especial

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf>

REFERÊNCIAS

AMARO, Rubens de Araújo; SCHUNK, Luciana; D'ANGELO, Márcia. Concepções de gestão escolar democrática: estudo fenomenográfico com diretores de escolas públicas. <<<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5105> Submetido em: 2022-11-17>>

ARROYO, Miguel Gonçalves; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n. 2.

ALVES, Rubens. O Desejo de Ensinar e a Arte de Aprender. São Paulo. Fundação Educar, Dpaschoal, 2011.

BERNARDO, Nairim Como trabalhar a recomposição de aprendizagens nos anos iniciais do ensino fundamental? <https://novaescola.org.br/conteudo/21167/como-trabalhar-a-recomposicao-de-aprendizagens-nos-anos-iniciais-do-ensino-fundamental?>

BRITO, Ivete. O planejamento de ensino educacional como estratégia de mudança da educação escolar / / <file:///C:/Users/SEMSA/Downloads/5445-18266-1-SM.pdf>

DUARTE, Newton. Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões? Autores Associados. Campinas. 2003

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos, AS TEORIAS PEDAGÓGICAS MODERNAS RESIGNIFICADAS PELO DEBATE CONTEMPORÂNEO NA EDUCAÇÃO; Capítulo I do livro Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. São Paulo: Alínea, 2005. Organizado pelo autor em colaboração com Akiko Santos.

Lück, H. (2013). A gestão participativa na escola. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

OLIVEIRA, M. M. B. L. A percepção de pais e/ou responsáveis sobre as contribuições dos jogos e das brincadeiras na educação infantil em uma instituição de ensino no município de Paranaguá/PR. Curitiba: UFPR, 2013.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. O trabalho do professor na educação infantil. 420 p. 1. ed. São Paulo: Biruta, 2012.

ORTIZ, Cisele; BAROUKH, Josca Ailine; ALVES, Maria Cristina Carapeto Lavrador; CARVALHO, Maria Teresa Venceslau. Interações: ser professor de bebês : cuidar, educar e brincar : uma única ação. 221 p. (InterAções). São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2012.

SÁTIRO, Angélica. Brincar de pensar: com crianças de 3 a 4 anos. 159 p. São Paulo, SP: Scipione, 2012.

SAVIANI, Demerval, EDUCAÇÃO NO BRASIL: CONCEPÇÃO E DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI; Campinas, 2 de novembro de 2000; Brasília, 23 de novembro de 2000.

SAVIANI, Demerval, O papel do pedagogo como articulador do trabalho pedagógico na sociedade do capital; Palestra UENP Cornélio Procópio, em 8 de março de 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. Escola pública, educação do campo e projeto político-pedagógico/ org. Maria Antônia de Souza. – Curitiba: UTP, 2018. 448p.

VASCONCELOS, Elenita de. A educação de jovens e adultos na terceira idade /João Pessoa, Agosto, 2014.

ANEXOS

I. Instrumento de Avaliação Institucional

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL			
1. Quem é o responsável pelas informações deste questionário? (A) Pai (B) Mãe (C) Os dois (pai e mãe) (D) Outro responsável _____			
2. Leia as frases abaixo e responda se concorda ou não com as afirmações.	S	N	OBSERVAÇÃO
	I	Ã	
	M	O	
Eu recebo informações da escola sobre o progresso do meu filho.			
Eu sei o que os professores querem do meu filho.			
Meu filho está seguro na escola.			
Os professores da escola têm respeito pelos alunos.			
A escola é um ótimo ambiente de estudo para os alunos.			
A escola do meu filho sabe preparar as crianças para o futuro.			
A escola me dá informações claras sobre o que ensina ao meu filho.			
Eu entendo o que os deveres de casa de meu filho pedem.			
A escola é valorizada pela comunidade.			
Eu ajudo meu filho a estudar em casa.			
A escola faz reuniões com os pais para informar sobre os filhos			
Eu considero que os professores são muito capazes.			
O meu filho está bem na escola.			
O meu filho comporta-se bem na escola.			
Eu gostaria que meu filho estudasse em outra escola.			
Meu filho se sente seguro na escola.			
Quando há algum problema, sou rapidamente chamado à escola.			
Eu sou informado sobre o planejamento da escola.			
A escola dá importância para a opinião dos pais.			
A escola se importa quando meu filho falta.			

Meu filho gosta da escola.			
Meu filho gosta dos professores.			

Faça uma avaliação da escola de seu filho e dê uma nota de 0 a 10 para cada item, sendo a nota 0 uma avaliação muito negativa, e a nota 10 uma avaliação muito positiva.	Notas (Marque apenas uma nota para cada item)										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Capacidade dos Professores.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Disciplina dos alunos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Interesse do seu filho pelos estudos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conhecimento que a escola tem dos problemas de ensino.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Qualidade dos Profissionais que atendem aos alunos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Instalações físicas da escola	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Segurança da escola.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Observações:

II. Instrumento da pesquisa realizada para caracterização da comunidade escolar

PESQUISA PERFIL – CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR		
Nome do aluno:		
Endereço:		
Ano/série:	Turma:	Turno:
Pessoa que respondeu o questionário:		
Data: ____ / ____ / ____		

Marque com um X a resposta que se aproxima da sua realidade:

Com quem mora o aluno:

- Com o pai e a mãe
- Só com a mãe
- Só com o pai
- Com o tio ou madrinha
- Com os avós
- Outro.

Qual? _____

Quantas pessoas moram na residência?

- De 1 a 3 pessoas
- De 4 a 6 pessoas
- Mais de 7 pessoas

Estado civil dos pais:

- Solteiro
- Casado
- Divorciado
- União estável
- Viúvo

Quem trabalha fora na sua casa?

- Só o pai
- Só a mãe
- A mãe e o pai
- Os irmãos
- Os avós
- Outro.

Qual? _____

Qual é o divertimento diário de seu (sua) filho(a)?

- Vídeo-game
- Assistir televisão
- Brincadeiras livres no terreno de casa
- Ler
- Ouvir música
- Montar cavalo

Brincar de casinha, boneca ou carrinho

Você mora em:

Moradia própria

Moradia cedida

Moradia alugada

Apartamento

Outro _____

Como o aluno vai à escola?

Automóvel

Ônibus

Bicicleta

Transporte escolar municipal

Transporte escolar pago pela família

A pé

Seu filho manifesta interesse em ir para escola?

Sim

Não: Por quê? _____

Qual é a profissão das pessoas que formam sua família?

Mãe: _____

Pai: _____

Tios: _____

Avós: _____

Outros membros: _____

Qual é a religião dos membros da sua família?

Católica

Evangélica

Não tem religião

Outro.

Qual? _____

Tipo de música mais apreciado pela família:

Sertaneja

Funk

Gospel

Popular brasileira

Outra. Qual? _____

Como sua família se diverte?

Assistindo TV

Passeando

Praticando esportes

Frequentando praças

Lendo

Outro.

Qual? _____

Você recebe o benefício do Programa Bolsa Família?

- Sim
- Não

Na sua comunidade, o que tem de mais importante para você?

- Igreja
- Campo de futebol
- Centro comunitário
- Quadra esportiva
- Posto de saúde
- Lanchonete
- Escola
- Outro. Qual? _____

Qual é o nível de escolaridade das pessoas que moram em sua casa? Escreva uma das opções abaixo para cada membro:

- Não estudou
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental em curso
- Ensino médio completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio em curso
- Curso superior

Nome da pessoa da casa	Grau de parentesco com o aluno	Escolaridade

Há quanto tempo seu filho estuda nesta escola?

- Menos de um ano
- De 1 a 3 anos
- De 4 a 5 anos
- Acima de 5 anos

Qual o motivo que o levou a matricular o seu filho nesta unidade de ensino?

- Por ser perto de casa
- Devido ao transporte escolar
- Por estar próximo ao trabalho dos pais
- Pelo trabalho desenvolvido pela instituição
- Outro.

Qual? _____

Como você considera o ensino nesta instituição?

- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo

Você acredita que a aprendizagem do seu filho depende da união entre a família e a escola?

Sim

Não Por quê? _____

III. Pareceres Descritivos (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial)



Prefeitura Municipal de Paranaguá
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

PARECER DESCRITIVO INDIVIDUAL

1º Trimestre

Nome: _____
Data de nascimento: ____/____/____
Turma: _____
Período: _____
Professor: _____



Assinatura do (a) professor (a): _____

Assinatura da equipe gestora da instituição: _____

Assinatura do (a) responsável: _____

✉ educacao@paranagua.pr.gov.br

🌐 www.semedi.paranagua.pr.gov.br

📞 (41) 3420-2850

📍 João Gualberto, Paranaguá - PR, 83203-600

IV. Plano de Atendimento Educacional Especializado

A escola não contempla essa modalidade.

V. Plano de Formação Continuada (link site SEMEDI)



PREFEITURA DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL



ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

Nome do profissional responsável pela formação:

Colaboradores:

Introdução:

Apresentar o problema e formular as justificativas científicas, técnicas e o benefícios que podem ser alcançados com os resultados da formação continuada.

Objetivos:

Objetivo Geral:

Aponda de forma ampla e direta o resultado que a instituição pretende realizar em seu programa de formação.

Objetivos Específicos:

Indicam as ações que se realizarão para atingir os resultados nas etapas de trabalho desenvolvido, ou seja, os passos que serão percorridos para se chegar aos resultados propostos.

Fundamentação Teórica:

O texto deve ser elaborado sobre uma visão geral do problema com base em autores consultados dando sustentação ao trabalho, por isso é indispensável registrar as fontes consultadas no texto.

Metodologia:

- Colaborar para a compreensão e melhoria do processo ensino-aprendizagem
- Desenvolver atividades que possibilitem a integração entre as disciplinas por área do conhecimento.
- A formação continuada deverá acontecer no próprio local de trabalho.

Avaliação:

A avaliação tem a função de sustentar e orientar as intervenções pedagógicas, auxiliando os professores o repensar sobre sua prática. Acontecerá sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelos alunos, considerando as ações propostas para o semestre.

Observação: A formação deverá ocorrer de acordo com a realidade de cada instituição e preferencialmente durante a Hora Atividade.

VI. Plano de Ação

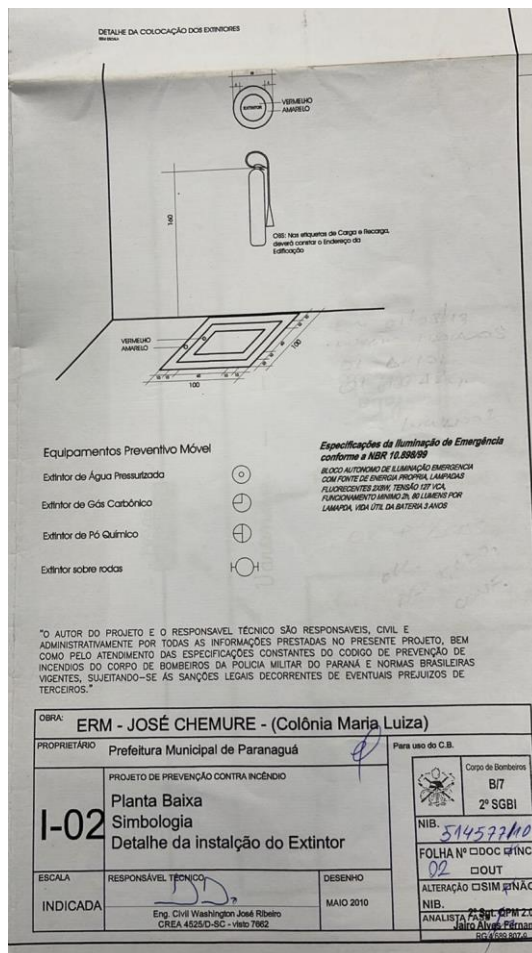
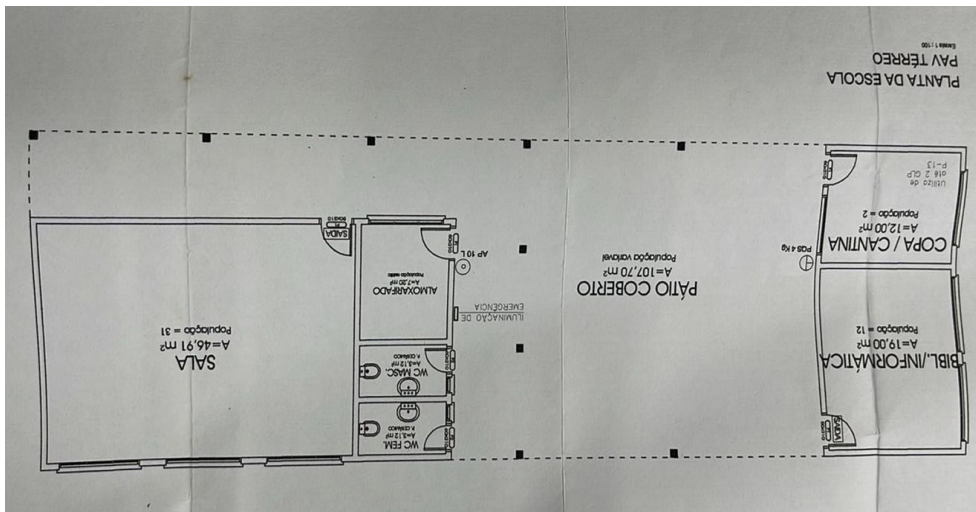
METAS (O QUE FAZER?)	JUSTIFICATIVA (POR QUE FAZER?)	ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEIS (QUEM VAI FAZER?)	PERÍODO (QUANDO?)	RECURSOS MATERIAIS (COM O QUE FAZER?)
Palestras com profissionais de educação e outras áreas, a fim de orientar os pais sobre a gestão da água na comunidade, vacinas e combate a dengue.	Orientar os pais e a comunidade em relação à importância da gestão, importância das vacinas na datas corretas e cuidados e manutenção ao combate a dengue.	Profissionais técnicos nas áreas propostas.	Administradores pertencentes a gestão da água, idealizador do projeto repelente.	Durante o ano letivo.	Em parceria com a Mosaic, Posto de saúde. SEMA
Desenvolver projetos pedagógicos lúdicos e contextualizados.	Analisar as qualidades e dificuldades de cada aluno, respeitando o tempo de aprendizagem da criança.	Supervisão da coordenação para o Planejamento de Ações Pedagógicas, sequência didática e Planejamento de Avaliação.	Coordenação e professores.	No decorrer do ano letivo	Avaliação oral e escrita e de observação.
Originar o diálogo e a troca de experiências entre os professores das turmas.	Oportunizar a troca de experiências, entre professores, para fortalecer e enriquecer parcerias para melhorar o ensino escolar.	Encontros e reuniões para discutir sobre as dificuldades dos alunos e definir ações que promovam o desenvolvimento.	Coordenação e professores	No decorrer do ano letivo.	Escola
Fomentar a assiduidade a partir da premiação. *aluno destaque	Orientar os pais sobre a responsabilidade e a importância da presença do aluno na escola.	Promover a participação da família no processo educativo, averiguando as causas das faltas e assim, planejar ações para solucionar o problema.	Coordenação, professores e família.	No decorrer do ano letivo	Reuniões, atividades lúdicas e dinâmicas, jogos e premiação aos participantes.

VII. Plano de Ação para Educação das Relações Étnico Raciais (ERER)

PLANO DE AÇÃO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS - ERER
<p>As leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 respaldam o trabalho das temáticas étnico raciais, e incentivam o estudo de estratégias para suas aplicabilidades em sala de aula. Elas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB, para incluir a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, essas leis são instrumentos de orientação para o combate à discriminação e são leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de promover no ambiente escolar a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil um país rico, múltiplo e plural.</p>
FORMAÇÃO CONTINUADA
Garantir, nas formações, a temática para os educadores.
Promover a formação dos profissionais de forma sistêmica com participação em fóruns, seminários, rede de trocas, congressos ou outros.
REGISTRO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
Revisar e atualizar o Projeto Político Pedagógico (PPP), inserindo a implementação de trabalho pedagógico com as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio
Promover a participação de toda comunidade escolar, em seus vários segmentos, por meio de debates, encontros, diálogos e propostas quanto ao registro das questões raciais no PPP.
Registrar no PPP a forma interdisciplinar, transversal e coletiva com que a temática da educação para as relações étnico-raciais devem ser trabalhadas com os estudantes.
CONHECIMENTO SOBRE O APARATO LEGAL
Reproduzir e deixar em lugar de fácil acesso as legislações e diretrizes referentes à Educação para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.
Possibilitar, no início de cada ano, a divulgação sobre a legislação pertinente por meio de cartazes expostos no ambiente escolar.
Cuidar para que esteja inserido o quesito raça/cor nos formulários de identificação dos estudantes.
ADEQUAÇÃO DE MATERIAL, ATIVIDADES E RITUAIS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS
Criar, atualizar e organizar o acervo de livros, contemplando a questão racial.

Contemplar a temática étnico-racial na aquisição de livros didáticos, paradidáticos e materiais em geral, reservando uma porcentagem significativa do total.
Utilizar recursos variados, como ferramentas em sala de aula, para abordar a cultura afro-brasileira e temas relacionados, recorrendo às iconografias (imagens), como pinturas, fotografias e produções cinematográficas.
Cuidar para que o acompanhamento pedagógico garanta aos profissionais o conhecimento e o uso do acervo e materiais pedagógicos existentes na escola.
Promover uma análise criteriosa dos livros didáticos utilizados, observando a ocorrência de informações equivocadas ou estereótipos em relação ao negro, à história e à cultura afro-brasileira e africana.
PROTOCOLOS ESCOLARES ANTIRRACISTAS
Construir de forma coletiva, articulada pela gestão, com a participação de todos os segmentos escolares, um protocolo antirracista definindo intervenções pensadas didática e pedagogicamente e os procedimentos a adotar na ocorrência de situações de discriminação, preconceito e racismo.
Registrar o protocolo nos documentos escolares.
Socializar o protocolo junto aos vários segmentos da comunidade escolar.
Apurar e agir proativamente em situações de racismo, preconceito e discriminação ocorridos no interior da escola (seja institucional e/ou pessoal; verbal, física e ou psicológica/emocional).
DIÁLOGO COM A COMUNIDADE
Incentivar a participação efetiva da comunidade escolar em reuniões, materiais impressos, fóruns, seminários e/ou palestras sobre as Leis 10.369/03 e 11.645/08.
Criar espaços para discussões e atividades que referenciam a legislação sobre as questões raciais no currículo escolar junto à comunidade escolar.
Incentivar a criação de redes sociais que articulem escola e família na construção de um trabalho integrado em que movimentos sociais, associações de bairro e religiosas, grupos culturais e igrejas sejam também protagonistas e corresponsáveis pela implantação das leis.
Fazer um levantamento na comunidade de atuação da escola, elencando manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas presentes e as pessoas que criaram ou levam à frente essas manifestações.
ARTICULAÇÃO DE PROJETOS
Assegurar, durante o planejamento anual, espaço para reflexão, estudo e adequação de conteúdos e temas relativos à questão racial em cada um dos componentes curriculares e com os projetos comumente trabalhados no cotidiano escolar (sexualidade, gênero, saúde, juventude etc.), na perspectiva de promover integração de saberes e caminhar para a interdisciplinaridade.

VIII. Plano de Atendimento Emergencial – PAE



CALENDÁRIO ESCOLAR

2024




EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS		0
Férias		30
Recesso		0
Feriado		1

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

DIAS LETIVOS		13
Carga Horária		52
Recesso		3
Feriado		0

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DIAS LETIVOS		20
Carga Horária		80
Recesso		0
Feriado		2

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS		22
Carga Horária		88
Recesso		0
Feriado		1

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS		19
Carga Horária		76
Recesso		1
Feriado		2

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

DIAS LETIVOS		20
Carga Horária		80
Recesso		0
Feriado		0

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	*SEFE		

DIAS LETIVOS		12
Carga Horária		48
Recesso		10
Feriado		1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

DIAS LETIVOS		21
Carga Horária		84
Recesso		0
Feriado		0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS		21
Carga Horária		84
Recesso		0
Feriado		1

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

DIAS LETIVOS		21
Carga Horária		84
Recesso		1
Feriado		2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS		20
Carga Horária		80
Recesso		0
Feriado		2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS		12
Carga Horária		48
Recesso		9
Feriado		1

LEGENDA	
FÉRIAS	
INÍCIO/TÉRMINO DO TRIMESTRE	
FORMAÇÃO CONTINUADA	
PLANEJAMENTO	
REFORMULAÇÃO PPP	
PRÉ - CONSELHO	
CONSELHO DE CLASSE	
PÓS - CONSELHO	
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO	
RECESSO ESCOLAR	

MÊS	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
	29 PAIVÃO DE CRISTO
MAR	31 PÁSCOA
ABR	21 TIRADENTES
	01 DIA DO TRABALHO
MAI	30 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FINADOS
	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24
Periodicidade	
1º Trimestre - 08/02 a 17/05 - 66 dias	
2º Trimestre - 20/05 a 30/08 - 61 dias	
3º Trimestre - 02/09 a 18/12 - 74 dias	

Tenile Kawan
Tenile Cibele do Rocio Xavier
Secretária de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
Paula da Silva Inacio Pereira
Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
Ronaldo Cardoso Alboite
Diretor do Departamento de Ensino Fundamental

Tatiana Passos
Tatiana Passos
Diretora do Departamento de Educação Infantil

Calendário Aprovado pelo COMED - PGIA - Deliberação nº 04/2023
Paranaguá, 22 de novembro de 2023.